UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA

MARA ADRIANA CORADELLO

***SISTEMATIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA DA COOPERAPAS:
UMA COOPERATIVA DE PRODUTORES AGROECOLÓGICOS
DE PARELHEIROS, SÃO PAULO/ SP***

SÃO PAULO

2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA

MARA ADRIANA CORADELLO

*Sistematização da experiência da CooperAPAs:
uma cooperativa de produtores agroecológicos de
Parelheiros, São Paulo/ SP*

*Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação Ambiente, Saúde e Sustentabilidade, da
Faculdade de Saúde Pública, da Universidade de
São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em
Ciências.*

Orientadora: Dra. Renata Ferraz de Toledo

SÃO PAULO

2015

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na sua forma impressa como eletrônica. Sua reprodução, total ou parcial, é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

Catálogo da Publicação

Serviço de Documentação

Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Coradello, Mara Adriana

Sistematização da experiência da CooperAPAs: uma cooperativa de produtores agroecológicos de Parelheiros, São Paulo/SP. Profa. Dra. Renata Ferraz de Toledo (orientadora) – São Paulo – 2015. 112p. il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2015

CORADELLO, Mara Adriana, Sistematização da experiência da CooperAPAs: uma cooperativa de produtores agroecológicos de Parelheiros - Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

FOLHA DE APROVAÇÃO (DISSERTAÇÃO)

CORADELLO, Mara Adriana

Sistematização da experiência da CooperAPAs: uma cooperativa de produtores agroecológicos de Parelheiros, São Paulo/ SP.

Dissertação apresentada ao *Programa de Pós-Graduação Ambiente, Saúde e Sustentabilidade, da Faculdade de Saúde Pública, da Universidade de São Paulo*, para a obtenção do título de Mestre em Ciências.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

À minha filha Livia, por todos os momentos de amor, alegria, incentivo e compreensão.

AGRADECIMENTOS

Sou grata a todos que participaram desta minha jornada, em especial, à minha orientadora e amiga Renata Ferraz de Toledo e à Tatiana Matuk, que sempre incentivaram meu progresso mesmo nos momentos mais difíceis.

Ao meu pai Antonio e às minhas irmãs Tania e Denise, que entenderam minha ausência e estiveram ao meu lado.

A todos os colegas que proporcionaram momentos de lazer e conhecimentos.

Aos professores e funcionários da FSP que sempre solícitos, ajudam a tornar mais fácil a vida acadêmica.

Aos agricultores e técnicos que estiveram presentes durante toda minha pesquisa e tornaram possível a realização desta etapa em minha vida.

À Deus e todos os seres sencientes.

RESUMO

CORADELLO, M. A. Sistematização da experiência da CooperAPAs: uma cooperativa de produtores agroecológicos de Parelheiros, São Paulo/ SP. 2015. 112f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

A transição agroecológica, enquanto um processo de estímulo à adoção de práticas agrícolas sustentáveis implica na gradual construção do conhecimento agroecológico, por meio da troca de saberes, experiências e interpretação dos (as) agricultores (as) sobre os contextos em que vivem e produzem, configurando-se em um modo alternativo de produção, em contraponto ao modelo atual convencional. Novos caminhos que tragam a conservação da biodiversidade, a autorrealização individual e comunitária, e a autogestão política e econômica são prioritários e urgentes. A presente pesquisa teve por objetivo sistematizar a experiência de transição agroecológica da CooperAPAs, localizada em Parelheiros, zona sul do município de São Paulo, por meio da identificação de representações de agroecologia, relações saúde, ambiente e políticas públicas, bem como os principais interesses e dificuldades de agricultores e técnicos envolvidos em algum momento específico da trajetória de formação, implementação e/ou desenvolvimento da CooperAPAs. Foi utilizado o método de sistematização de experiências, tendo como instrumentos de pesquisa a análise documental, entrevistas e oficina de construção da linha do tempo. De modo geral, os participantes reconheciam impactos positivos e negativos de suas ações sobre a saúde e o ambiente. Dentre as necessidades identificadas, destacou-se maior sensibilização e empoderamento de todos os cooperados, para que possam contribuir mais ativamente no fortalecimento da cooperativa, a fim de garantir maior acesso às políticas públicas vigentes, ao mercado, e à comercialização, melhorando, conseqüentemente, condições socioambientais e econômicas destes agricultores. Para tal, recomenda-se a adoção, pela cooperativa, de estratégias socioeducativas participativas, como a Aprendizagem Social, que favoreçam o diálogo, a negociação de conflitos e a gestão compartilhada, como um novo caminho para a CooperAPAs.

Palavras-chave: transição agroecológica, sistematização de experiência, aprendizagem social.

ABSTRACT

CORADELLO, M. A. Systematization of experience CooperAPAs: a cooperative of agroecological producers Parelheiros, São Paulo/ SP. 2015. 112f. Master's Thesis – School of Public Health, University of São Paulo, São Paulo, 2015.

The agro-ecological transition, as an incentive to progress the adoption of sustainable agricultural practices, implies the gradual dissemination of agro-ecological knowledge through the exchange of knowledge, experiences and interpretation of the farmers about the contexts in which they live and produce by setting up an alternate mode of production, in contrast to currently applied conventional model. New ways to encourage biodiversity conservation, individual achievement and community, and political and economic self-management, were identified as are priorities. Therefore this study aimed to systematise the agroecological transition experience of CooperAPAs, located in Parelheiros, south zone of São Paulo. This was done through the identification of agroecology representations, healthy relationships and environmental and public policy, identifying main interests and difficulties of farmers and technicians involved in any specific time of training course, as well implementation of new and / or development of existing CooperAPAs. The method of systematization of experiences was used, having as research tools to document analysis, interviews and the timeline building workshop. In general, participants recognized both positive and negative impacts of their actions on health and the environment. Among the identified needs, there are increased awareness and empowerment of all members, so that they can contribute more actively to strengthen the cooperative in order to ensure greater access to existing public policies, market, and marketing. This will improve social, environmental and economic conditions of these farmers. To this end, the study recommends the adoption of participatory social and educational strategies such as social learning, dialogue, conflict resolution and shared management, in existing and newly established CooperAPAs.

Keywords: agro-ecological transition, systematization of experience, social learning.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AAO – Associação de agricultura orgânica

ABAST – Supervisão Geral de Abastecimento

ASCETESB – Associação dos Funcionários da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo

APA – Área de proteção ambiental

CAE – Casa de Agricultura Ecológica de Parelheiros

CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

COOPERAPAS – Cooperativa Agroecológica dos Produtores Rurais e de Água Limpa de São Paulo

CSA – (*Community Supported Agriculture* ou Comunidade que sustenta a agricultura)

DAP – Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

EUA – Estados Unidos da América

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura

FEMA – Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

HARMONICOP – Harmonising Collaborative Planning

IBD – Instituto de Biodinâmica

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LUPA – Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

OCS – Organização de Controle Social

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS (continuação)

ONGS – Organizações Não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PROAURP – Programa de Agricultura Urbana e Periurbana

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SEMPLA Secretaria Municipal do Planejamento

SIGAM – Sistema Integrado de Gestão Ambiental

SVMA – Secretaria do Verde e Meio Ambiente do município de São Paulo

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SDTE – Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo

SPG – Sistema Participativo de Garantia

USP – Universidade de São Paulo

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Localização das APAs Capivari-Monos e Bororé-Colônia no município de São Paulo	53
Figura 2. Linha do tempo do grupo 1	85
Figura 3. Linha do tempo do grupo 2	87
Figura 4. Linha do tempo do grupo 2	87
Figura 5. Produto final da oficina	91

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Conceitos e princípios da Agricultura Sustentável	25
Quadro 2. Principais formas de "Agricultura Alternativa"	26
Quadro 3. Documentos analisados sistematização de experiências da CooperAPAs	60

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
Problematização da pesquisa.....	16
Objetivos.....	19
Breve apresentação dos métodos adotados.....	19
Organização da dissertação	20
CAPÍTULO 1 – Revisão bibliográfica	21
Transição agroecológica: o despertar do conhecimento	21
Novos caminhos do cooperativismo: educação para a sustentabilidade, aprendizagem social e economia solidária	32
A promoção da saúde na prática agroecológica.....	37
Políticas públicas voltadas a agroecologia.....	41
CAPÍTULO 2 – Abordagem metodológica.....	48
Tipo de estudo.....	48
População de estudo.....	51
Etapas e instrumentos de pesquisa e intervenção	53
Aspectos éticos da pesquisa.....	57
CAPÍTULO 3 – Análise e discussão dos resultados	59
A experiência sistematizada.....	59
Análise documental.....	59
Entrevistas.....	65
Oficina socioeducativa: construção da linha do tempo.....	81
CAPÍTULO 4 - Considerações finais.....	93
REFERÊNCIAS	95
APENDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM INFORMANTES-CHAVE ...	108
APÊNDICE B.....	110

INTRODUÇÃO

Na região de Parelheiros, extremo sul do município de São Paulo, foi criada em junho de 2011, a Cooperativa Agroecológica dos Produtores Rurais e de Água Limpa de São Paulo (CooperAPAs), que reúne atualmente 34 produtores registrados. Entre eles, alguns já possuem certificados de produção orgânica e outros, em fase de transição agroecológica, comercializam os seus produtos por meio da venda direta para o consumidor em feiras livres de produtos orgânicos na cidade de São Paulo, como exemplo nos parques Burle Marx, Ibirapuera (Feira do Modelódromo), Água Branca e Villa Lobos, na Feira da Eco-oportunidade de Parelheiros e na Associação dos Funcionários da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - ASCETESB. Recentemente, passaram a fornecer seus produtos para o Instituto Chão¹, que os comercializa seguindo preceitos da economia solidária. E, com o apoio do Instituto de Biodinâmica – IBD, os cooperados planejam iniciar um CSA² (*Community Supported Agriculture* ou Comunidade que sustenta a agricultura), uma nova forma de relação entre produtores e consumidores, direta e mais justa.

Diante da constatação de que a Revolução Verde, na década de 1970, não apenas falhou em sua “promessa” de acabar com a fome no mundo, por meio de novas tecnologias, mecanização, sementes híbridas e insumos químicos, mas também causou efeitos indesejáveis como a contaminação do solo, da água, de animais e pessoas. Assim, a Agroecologia surgiu como alternativa para incitar uma reorganização radical nos

¹ *O Instituto Chão é uma associação sem fins lucrativos que se movimenta para o aprofundamento da consciência crítica, da democracia e da igualdade de direitos, a fim de construir coletivamente uma sociedade que permita a cada um exercer sua liberdade. Trabalha com os princípios da Economia Solidária, uma forma de organização que coloca o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica e busca a desmercantilização da força de trabalho ao articular redes e espaços próprios de cooperação política, econômica e científica. Disponível em: <<http://www.institutochao.org/>> Acesso em: 15/10/2014.*

² *Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) apresenta-se como uma prática de sucesso para o desenvolvimento agrário sustentável e o escoamento de produtos orgânicos de forma direta ao consumidor, criando uma relação próxima entre quem produz e quem consome os produtos. Disponível em: <<http://www.csabrasil.org/csa/>> Acesso em: 15/10/2014.*

sistemas sociais de produção e de consumo, capaz de superar as consequências da modernização que afetam a reprodução da vida no planeta (SAUER E BALESTRO, 2009).

Nos últimos 30 anos, a disseminação da Agroecologia e suas várias dimensões, como um novo campo de estudo que analisa os agroecossistemas e integra conhecimentos de agronomia, ecologia, economia, sociologia, entre outros, trouxe uma nova visão que refutou o modelo de produção agrícola convencional, que, por sua vez, impacta diretamente na contaminação das águas superficiais e subterrâneas, erosão dos solos, perda da biodiversidade, dependência econômica, menores oportunidades de trabalho e renda, aumentando a migração rural e a exclusão social.

Ao considerar os conhecimentos tradicionais ou adquiridos dos agricultores sobre os agroecossistemas em que atuam, WEID (2009, p.65) preconiza que “é um capital precioso no processo de transição agroecológica, tanto quanto o conhecimento científico da Agroecologia”.

Embora a maioria dos cooperados da CooperAPAs esteja em transição agroecológica, que implica na gradual construção do conhecimento agroecológico, este processo encontra-se vinculado à capacidade de aprendizado, trocas de saberes, experiências e interpretação dos(as) agricultores(as) sobre os contextos em que vivem e produzem. Assim, a transição agroecológica visa promover uma reformulação de conceitos que estimule a troca de saberes (científico e popular), que possam ser incorporados pelos agricultores, para que novas formas de produção e comercialização sejam mais justas, conservem o ambiente e que culminem na produção/consumo de alimentos mais ricos, diversificados, saudáveis e acessíveis a toda população.

Problematização da pesquisa

Neste estudo, o problema de pesquisa é caracterizado pela atual dispersão e/ou insuficiência de tecnologias e conhecimentos técnicos, metodológicos e conceituais,

necessários para alavancar processos concretos de transição para uma agricultura mais sustentável. Este desafio deve ser enfrentado de forma lenta e gradual, a partir da construção participativa do conhecimento agroecológico, que possam responder diversas questões sobre as várias dimensões da Agroecologia como ciência e caminho político; aumentar a disponibilidade de inovações tecnológicas voltadas ao agricultor em seu contexto e referências metodológicas que contribuam na solução de problemas que abordem uma maior complexidade técnica; valorizar a troca de saberes tradicionais e inovadores, que permitam ampliar a apropriação dos conhecimentos disponíveis e a necessidade de políticas públicas com enfoque agroecológico (MEDEIROS, 2011).

A Região de Parelheiros, na zona sul de São Paulo, foi escolhida para este estudo por ser a principal área agrícola do município, que integra o “cinturão verde” e está inserida em áreas de proteção ambiental e de manancial. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, esta região concentra a produção de boa parte das hortaliças que abastecem a cidade e a maior parte dos agricultores familiares do município. Sendo assim, desperta o interesse de instituições públicas no incentivo da prática da agricultura orgânica na região (BADUE, 2007) e de organizações do terceiro setor, na elaboração de projetos para o desenvolvimento sustentável.

A Cooperativa de Produtores Agroecológicos e de Água Limpa de São Paulo (CooperAPAS) foi formada a partir de uma iniciativa política institucional, para atender interesses específicos de um grupo de agricultores da região. Considerando a insustentabilidade rural provocada ao longo dos anos, os cooperados trabalham com os princípios da agroecologia e de produção orgânica, onde se pressupõem a restauração do meio ambiente.

A transição agroecológica trouxe a estes agricultores um novo olhar para sua terra, para o manejo de seus animais e para a comercialização de seus produtos, buscando integrar-se ao ambiente, conservando-o e viabilizando sua produção de maneira a obter uma renda economicamente viável, uma produção mais saudável e ser visto como um protagonista desta nova visão da agricultura.

Porém, como estabelecer uma relação complementar entre a necessidade de aumentar a produção agrícola promovendo sistemas produtivos mais sustentáveis que não sejam baseados apenas no aumento da escala de produção?

A transição agroecológica vai além dos sistemas de produção convencionais, realizando incursão no ambiente institucional e nos circuitos de mercado nele inseridos. Um elemento importante para esta transição diz respeito ao entendimento e a possível transformação de novas formas de pensar no modelo econômico preponderante, que transpõe a lógica de ação dos atores relacionados direta ou indiretamente com o rural (SAUER E BALESTRO, 2009).

Neste contexto, surgiram alguns questionamentos desta pesquisadora que, por sua vez, também é uma sóciofundadora da CooperAPAs e consumidora de produtos agroecológicos. Quais as motivações destes agricultores no processo de transição agroecológica, bem como suas principais dificuldades? Como é a participação destes agricultores nos processos decisórios da Cooperativa? As políticas públicas vigentes têm contribuído para o fortalecimento da Cooperativa? Como se organizam para acessá-las?

Posto isto, o presente trabalho visou reconhecer interesses específicos em torno de uma atividade econômica produtiva sustentável. Acredita-se que a identificação coletiva destes interesses, ou seja, com envolvimento direto dos próprios cooperados, e de outros atores do processo, permitirá melhor compreender a estruturação desta cooperativa e repensar sua organização quanto aos aspectos econômicos, políticos e socioambientais.

Objetivos

Objetivo Geral

- Sistematizar a experiência de transição agroecológica da CooperAPAs;

Objetivos Específicos

- Identificar as representações de agroecologia e as relações saúde, ambiente e políticas públicas, de agricultores e técnicos envolvidos na experiência sistematizada, bem como seus principais interesses e dificuldades.
- Contribuir para o processo de reflexão crítica sobre a realidade vivenciada pela CooperAPAs e sobre a importância da construção compartilhada de saberes no aprimoramento de suas ações.

Breve apresentação dos métodos adotados

A pesquisa realizada configura-se como abordagem qualitativa, desenvolvida pelo método da sistematização de experiência.

A coleta de dados ocorreu por meio de análise documental, entrevistas semiestruturadas com informantes chave e oficina de sistematização pela técnica de construção da linha do tempo.

Participaram desta pesquisa agricultores e técnicos envolvidos em algum momento específico da trajetória de formação, implementação e/ou desenvolvimento da CooperAPAs.

Organização da dissertação

No primeiro capítulo, foram discutidos como o conhecimento sobre agroecologia inspira a transição agroecológica; novos caminhos para o cooperativismo, por meio de processos de aprendizagem social, voltados à educação para a sustentabilidade e economia solidária; contribuições da prática agroecológica para a promoção da saúde; e políticas públicas voltadas à agroecologia. No capítulo 2, apresentou-se a abordagem metodológica utilizada para a realização da pesquisa, incluindo a apresentação dos atores, contextualização e instrumentos utilizados. No capítulo 3, realizou-se a análise e discussão dos resultados obtidos em todo o processo. E, por último, destacaram-se as principais considerações sobre a pesquisa realizada.

CAPÍTULO 1 – Revisão bibliográfica

Transição agroecológica: o despertar do conhecimento

O processo histórico da agricultura, por definição epistemológica “cultivo dos campos”, remonta desde o início das atividades agrícolas em vales e várzeas fluviais por antigas civilizações nos diferentes lugares do mundo, que transformaram os povos que antes viviam da caça e coleta do seu alimento sem se fixar no campo, a começarem a semear seus grãos selvagens, manejando a produção para aumentar a produtividade, tamanho e sabor. O advento da agricultura permitiu a humanidade se aglomerar em locais específicos com grande densidade populacional, o que não poderia ocorrer por povos sustentados somente pela caça e pela coleta (MAZOYER e ROUDAR, 2010).

Nos períodos das grandes revoluções agrícolas que assolaram o mundo, a Revolução Industrial, no século XIX, que levou a mecanização aliada à tração animal, provocando a saída dos camponeses para as cidades e a subsequente Revolução Verde³, no século XX, após a segunda guerra mundial, transformaram a produção agrícola através da adoção de pacotes tecnológicos na lavoura, aumentando a produtividade com insumos artificiais, permitindo a produção em larga escala por meio de monoculturas e trouxeram períodos de crescimento na agricultura, nunca antes visto na história da humanidade (OLIVEIRA JR, 1989).

A agricultura vista como moderna, resultou em uma série de impactos ambientais (ecológicos), sociais e financeiros como degradação do solo e das águas; expulsão do homem de suas terras para dar lugar a grandes corporações; aumento do custo da produção agrícola. No incauto desta modernidade, houve a diminuição de técnicas tradicionais que fortaleciam as qualidades ambientais na lavoura, entre elas a policultura, a rotação de culturas e utilização dos insumos orgânicos existentes nas propriedades.

Os efeitos negativos são vistos e sentidos até hoje, pois a falta de interação da então moderna prática agrícola com os agroecossistemas provocou o esgotamento da

³ O termo *Revolução Verde* é usado para identificar o modelo de modernização da agricultura mundial, baseado no princípio da intensificação através da especialização (MARCATTO, 2002).

recursos naturais, dos alimentos e dos próprios trabalhadores envolvidos na atividade, gerando o empobrecimento da terra pela aplicação contínua de componentes químicos para o aumento da base de nutrientes do solo, entre eles agrotóxicos e fertilizantes químicos (MIKETEN, 2013).

A partir dos questionamentos feitos na publicação do livro *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson, em 1962, o mundo começou a debater a aplicação de agroquímicos em suas lavouras, seu uso indiscriminado e a consequente contaminação dos alimentos, levando a produção a um nível mais consciente. Foi à primeira crítica aos efeitos ecológicos da utilização generalizada de insumos químicos/industriais na agricultura. Em pouco tempo a obra de Carson tornou-se mais do que um *best seller* nos Estados Unidos (EUA), foi também um dos principais alicerces do pensamento ambientalista naquele país e no restante do mundo (EHLERS, 1994; LOPES, 2011).

Assim, a partir dos anos setenta, os movimentos de agricultura ecológica se multiplicam ainda mais pelo mundo. As reações surgiam simultaneamente em vários países, incorporando elementos da cultura de onde emergiam ao seu corpo filosófico e prático (KHATOUNIAN, 2001). Nos Estados Unidos, onde essa agricultura é denominada Alternativa, ocorreu o primeiro reconhecimento oficial de que a agricultura convencional apresentava problemas sérios e que eram necessários métodos alternativos que os contornassem.

As conferências da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, ocorridas em 1972, 1982 e 1992, denunciaram os danos causados pela agricultura convencional e aclamaram mundialmente a necessidade de mudanças. Portanto, nas últimas décadas vêm sendo observado mundialmente o desenvolvimento de um novo olhar para a prática agrícola, que agrega valores sociais, éticos e econômicos, levando a construção de um novo conhecimento: a Agroecologia.

O movimento agroecológico que emergiu nas Américas, de norte a sul, foi idealizado por pesquisadores interessados em recriar agroecossistemas sustentáveis e movimentos sociais de pequenos agricultores e associações que se voltaram para as práticas de cultivo do passado, na tentativa de reduzir a dependência do sistema alimentar industrial. Porém, na América Latina, haja vista as dificuldades conhecidas nos âmbitos

socioambientais, como disputa pela terra, iniquidade econômica e política, desigualdade social, foi onde a Agroecologia surgiu fortemente como um movimento que incorpora aos objetivos de conservação ambiental, os de promoção sociocultural e econômica camponesa, em face da exclusão política e social dos agricultores latino-americanos e da necessidade de criar mecanismos para o seu empoderamento (ALTIERI, 1993). Agroecologia é a alternativa defendida hoje mundialmente, pelos movimentos sindicalistas de camponeses e de pequenos agricultores, a Via Campesina.

A transição agroecológica apresenta uma grande complexidade em suas dimensões, entre elas considerar o funcionamento ecológico da natureza, de modo que permita o manejo agrícola agropecuário ser inserido no desenho de sistemas sustentáveis de produção de alimentos. Assim, a maneira que cada grupo altera a estrutura e dinâmica de cada ecossistema, introduz uma nova diversidade humana deixando no manejo do solo a sua própria identidade cultural (SEVILLA GUZMAN, 2006).

O termo Agroecologia é derivado de duas disciplinas científicas: agronomia e ecologia. Como uma abordagem científica interdisciplinar, agroecologia tem um papel crítico: desafiar o atual sistema alimentar industrial, bem como o modelo agrícola dominante baseado na artificialização da prática agrícola pelo uso intensivo de insumos externos ao agrossistema. Como um movimento social, agroecologia pertence à veia crítica social dos efeitos da modernização do sistema de agricultura do mundo, a ser baseado num outro caminho procurando trazer autonomia, uso moderado dos recursos naturais (ALMEIDA, 2003) e a ressignificação do agricultor em face de sua desvalorização social.

Em seu sentido mais amplo, uma ciência que estabelece novas estratégias para o desenvolvimento rural sustentável dialogando nas diversas dimensões do convívio humano: a ecológica e técnico-agronômica; a socioeconômica e cultural e a sociopolítica, e vai além da produção, pois se insere em um processo sistêmico para transformar os mecanismos hegemônicos de exploração social, valorizando uma agricultura socialmente mais justa, economicamente viável e ecologicamente apropriada (CAPORAL, 2001; CAPORAL et al., 2009).

No Brasil, a agroecologia revelou-se também um poderoso movimento social e político, criado por diferentes lideranças e grupos sociais e, com base em práticas agrícolas tradicionais, indígenas, científicas, trouxe diversificação de sistemas de produção, permitindo a redução ou subtração do uso de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos nas áreas implantadas.

No país na década de 1970 esses movimentos também surgiram como diferentes formas de agricultura visando à sustentabilidade dos sistemas (Agricultura Sustentável), como uma crítica contra a modernização agrícola da chamada Revolução Verde, impulsionada por variedades altamente sensíveis (híbridos; mais tarde também transgênicos), da tecnologia dependente do petróleo necessário das petroquímicas (maquinários), de fertilizantes e pesticidas e intensificação global de fazendas com grandes áreas, havendo a transformação da produção de pequena escala da agricultura familiar com suas culturas alimentares para monoculturas de rendimento e pesticidas químicos (Crouch, 1995; Allen 1993 citados por MARCATTO, 2002).

Apesar de muito se ter escrito e discutido mundialmente sobre Agricultura Sustentável e Desenvolvimento Sustentável, não existe consenso sobre o significado destes conceitos, pois muitos levam a interpretações dúbias e variadas e segundo MARCATTO (2002), a dificuldade é ainda maior em relação às práticas que as levam a atingir o equilíbrio entre exploração dos recursos hídricos e do solo e aumento da produção e consequente renda. Algumas destas práticas baseiam-se na disponibilidade de elementos minerais e insumos, que não se encontram facilmente no mercado e somente com ajuda técnica especializada, poderiam ser colocadas em uso pelos agricultores.

Esse mesmo autor propôs a seguinte ilustração, para explicar princípios da Agricultura Sustentável.

Quadro 1. Conceitos e princípios da Agricultura Sustentável

Produtiva	Que mantenha e melhore os níveis de produção
Ambientalmente sadia	Que proteja e recupere os recursos naturais; atue no sentido de prevenir a degradação dos solos, preserve a biodiversidade e mantenha a qualidade da água e do ar
Estável	Que reduza os níveis de risco na produção
Viável	Que seja economicamente viável
Igualitária	Que assegure igual acesso ao solo, água, outros recursos, e produtos para todos os grupos sociais
Autônoma	Que garanta a subsistência e autonomia de todos os grupos sociais envolvidos na produção
Participativa	Que seja construída coletivamente, por um processo de compartilhamento de conhecimentos entre todos os envolvidos. Seja o resultado de um processo democrático e coletivo de aprendizado
Humana	Que satisfaça as necessidades humanas básicas: alimentação, água, combustível, roupas, abrigo, dignidade e liberdade para as diversas gerações; as que vivem agora e as que estão por vir.

Fonte: Rede Ambiente

No Brasil, a noção de Agricultura Sustentável, historicamente denominada de Agricultura Alternativa, se traduz pela coexistência de várias escolas ou correntes que propõem a aplicação de princípios ecológicos à produção agropecuária, a partir da incorporação de técnicas alternativas ao modelo convencional. O viés tecnológico é central, muito embora algumas escolas o associem a orientações sociais, culturais,

religiosas ou filosóficas (CANUTO, 1998), o que as diferenciam em alguns pontos, mas compartilham princípios comuns. Estas tendências têm origem e precursores diferentes, recebendo denominações específicas entre elas, podemos citar cronologicamente a Agricultura Biodinâmica (Steiner), a Agricultura Orgânica (Howard), Agricultura Natural (Motiki Okada) as quais se destacaram na prática e serão citadas ao longo do texto.

Quadro 2. Principais formas de "Agricultura Alternativa".

	Principais protagonistas e seguidores	Princípios básicos e alcance
Agricultura Biodinâmica	Rudolf Steiner desenvolve uma série de conferências para agricultores na Alemanha (anos vinte) e estabelece os fundamentos básicos da <i>biodinâmica</i> . Pesquisas práticas realizadas nos EUA, Alemanha e Suíça (p.e. Pfeiffer, 1938; Koepf, Shaumann & Petterson, 1974).	Princípios: Antroposofia (ciência espiritual), preparados biodinâmicos, calendário astrológico; possui marcas registradas (Demeter y Biodyn). Muito difundida na Europa. Presente no Brasil: Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural, Estância Demétria e Instituto Verde Vida.
Agricultura Orgânica	Albert Howard: desenvolve pesquisas na Índia (anos vinte); publica <i>An agricultural testament</i> na Inglaterra (1940). Técnicas aprimoradas por L.E. Balfour (Método Howard-Balfour). Introduzida nos EUA por J.I. Rodale (anos trinta). Outros: N. Lampkin (1990).	Princípios: uso de composto, plantas de raízes profundas, atuação de micorrizas na saúde dos cultivos. Difundida em vários continentes. O IFOAM – International Federation of Organic Agriculture Movements - atua na harmonização de normas técnicas, certificação de produtos e intercâmbio de informações e experiências.
Agricultura Natural	Mokiti Okada: funda a Igreja Messiânica e estabelece as bases da agricultura natural; M. Fukuoka: método semelhante, porém afastado do caráter religioso (Japão-anos trinta). As idéias de Fukuoka se difundiram na Austrália como <i>Permacultura</i> através de B. Mollison (1978).	Princípios: composto com vegetais (inoculados com ‘microorganismos eficientes’), valores religiosos e filosófico-éticos. Movimento organizado pela MOA-International e WSAA (EUA). Shiro Miyasaka dirige a atuação da MOA no Brasil.
Agricultura Ecológica	Surge nos EUA (anos setenta), estimulada pelo movimento ecológico e influenciada por trabalhos de Rachel Carson, W.A. Albrecht, S.B. Hill, E.F. Schumacher. Na Alemanha recebeu importante	Princípios: conceito de agroecossistema, métodos ecológicos de análise de sistemas; tecnologias suaves, fontes alternativas de energia. Está difundida em vários países. Sua introdução no Brasil está ligada a J.A.

	contribuição teórico-filosófica e prática do professor H. Vogtmann (Universidade de Kassel): <i>Ökologicshe Landbau</i> (1992).	Lutzenberger, L.C. Pinheiro Machado, A.M. Primavesi, A.D. Paschoal e S. Pinheiro, entre outros.
--	---	---

Fonte: Adaptado de CAPORAL (1998).

A agroecologia é considerada uma ciência que tem a agricultura familiar no centro de seus estudos e, a agricultura orgânica, é entendida como um sistema produtivo que não utiliza de agrotóxicos e fertilizantes químicos no manejo da terra e produção dos alimentos. A agricultura orgânica tem por princípio estabelecer sistemas de produção que engloba “um conjunto de procedimentos que envolvam a planta, o solo e as condições climáticas, produzindo um alimento sadio e com suas características e sabor originais, que atenda às expectativas do consumidor” (Penteado, 2000 citado por AQUINO E ASSIS, 2007 p.138). No entanto, no Brasil, 90% da produção de alimentos orgânicos são produzidos pela agricultura familiar, o que pode ter colaborado para a falsa ideia de que os conceitos são sinônimos (Azevedo e Rigon, 2014 apud MATUK, 2015).

A agricultura orgânica destacou-se entre estas vertentes devido a aceitação popular de produtos mais saudáveis, pelo *status* social relacionado ao modo de consumo atual e apelo nas mídias de produtos que beneficiem o meio ambiente. O crescimento exponencial desta nova prática agrícola leva a reflexão que um novo modelo econômico surgiu: o agronegócio orgânico.

A agricultura orgânica exige sistemas de certificação de terceiros e mercados formais. Os produtos só podem ser chamados "orgânicos", quando eles têm uma certificação orgânica, que é um processo muitas vezes inacessível e caro para o pequeno produtor ou agricultor familiar. Além disso, os produtos orgânicos são muitas vezes vendidos em mercados formais (por exemplo, grandes supermercados), que pouco competem com mercados locais ou feiras, o que os tornam caros para o consumidor e pouco lucrativo para o agricultor. Novas formas estão surgindo para que as cooperativas se concentrem em aproximar os mercados locais, por meio de parcerias com os

consumidores e para que os selos orgânicos venham por certificações participativas (SPG)⁴ e organizações de controle social (OCS)⁵ (SOUZA et al.,2013).

Considerando todas suas dimensões, a Agroecologia não deve ser vista como um tipo de agricultura, nem como mera aplicação de um conjunto de técnicas menos agressivas ao meio ambiente para a produção de alimentos mais limpos ou livres de agrotóxicos.

Uma de suas melhores definições é a que considera a Agroecologia como um campo de conhecimento, de caráter multidisciplinar, com a articulação de diversos especialistas, que nos oferece princípios e conceitos ecológicos para o desenvolvimento de sistemas que potencializem os fluxos e ciclos naturais, ao integrar saberes antigos com os conhecimentos de diferentes ciências, constituindo-se num referencial teórico, que ganha caráter concreto quando aplicado às realidades locais, validando seus princípios, ponderando e enriquecendo sua teoria através de experiências pontuais com os agricultores e técnicos envolvidos, na construção do conhecimento de forma participativa (EMBRAPA, 2006; CAPORAL, 2009a).

A agroecologia também é caracterizada como um movimento sociopolítico, do empoderamento do agricultor em busca de sua identidade e raízes culturais e, principalmente, de sua autonomia, poder de decisão e participação ativa no processo produtivo, favorecendo o local como foco de ação (CAPORAL E COSTABEBER, 2004).

A agroecologia, que norteia as ações de manejo dos produtores rurais da CooperAPAs, é um novo campo de estudo que analisa os agroecossistemas integrando conhecimentos de agronomia, ecologia, economia, sociologia, entre outros. Em outros termos, é proposto na agroecologia, buscar as bases científicas da sustentabilidade da

⁴ *O Sistema Participativo de Garantia (SPG) é formado pela reunião de produtores e outras pessoas interessadas em organizar a sua estrutura básica (BRASIL, 2007).*

⁵ *Organização de Controle Social (OCS) A legislação brasileira abriu uma exceção na obrigatoriedade de certificação dos produtos orgânicos para a agricultura familiar. Exige-se, porém, o credenciamento numa organização de controle social cadastrado em órgão fiscalizador oficial. Com isso, os agricultores familiares passam a fazer parte do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (BRASIL, 2007).*

agricultura por meio da integração interdisciplinar, capaz de criar um novo paradigma (EMBRAPA, 2006), que segundo SEVILLA GUZMAN (2006), permita trabalhar com a natureza e toda complexidade mineral e viva pertencente a ela, buscando um conhecimento profundo e detalhado sobre suas características intrínsecas e particulares no manejo agrícola.

Sendo assim, o desafio encontra-se no processo de transição agroecológica, pois exige a realização de ações capazes de incidir de forma harmoniosa sobre várias esferas da sustentabilidade ambiental, econômica social, cultural, política e ética na construção de processos que fortaleçam a organização social dos beneficiários, sua articulação entre si e com os consumidores urbanos, exigindo um papel diferenciado dos agroecólogos como facilitadores e encorajadores desse processo e não na simples tarefa de transferir tecnologias já prontas (CAPORAL, 2009b; CAPORAL e COSTABEBER, 2004), requerendo habilidades inatas deste novo profissional para atuar de forma participativa e educativa, garantindo que os atores envolvidos possam influir efetivamente sobre os rumos do processo de desenvolvimento rural deixando sua contribuição ao formular pontes entre os conhecimentos científicos e populares que emergem desses processos participativos, de modo que a agricultura seja, antes de tudo, o resultado de uma construção social (CAPORAL, 2009b).

Em adição, segundo COSTABEBER (2001), a transição agroecológica é um processo social orientado na obtenção de contextos mais elevados de produtividade, estabilidade, equidade e sustentabilidade na atividade agrária. Assim, qualquer processo de mudança em bases locais necessita ser investigado, discutido e construído localmente por meio das bases sociais relevantes, envolvidas e interessadas no processo.

KHATOUNIAN (2001), ao refletir sobre o processo de tomada de decisão dos agricultores mediante o desafio da transição agroecológica e o papel do técnico diz:

As estratégias dos agricultores, embora coerentes com sua lógica e objetivos, não são imutáveis, nem inteiramente lógicas, nem necessariamente as mais adequadas. O agricultor decide com os elementos de que dispõe. À medida que mais informação entra em suas ponderações, a decisão pode ser diferente. Por essa razão, a inserção de elementos externos na reflexão sobre o sistema pode abrir caminhos para sua evolução. Muitas das mudanças necessárias rumo à sustentabilidade dependem da capacidade do técnico de compreender o sistema e de

colocar à apreciação dos agricultores elementos aproveitáveis dentro da lógica deles, em lugar de soluções prontas (p.83).

A transição agroecológica, portanto, se refere a um processo gradual de mudança nas formas de manejo dos agrossistemas, que interatuem em favor do desempenho produtivo de cultivos e criações, sendo que na agricultura a passagem do uso de insumos industriais para a adoção de práticas que incorporem princípios de tecnologias de base agroecológica⁶, vem a ser o primeiro passo de um processo de evolução contínua e crescente, atemporal e dependente da intervenção humana e seus diversos atores (CAPORAL, 2009a), buscando melhorar a relação socioeconômica produtiva respeitando a particularidade geográfica de cada ambiente e trazendo mudança de atitudes e valores destes atores, manejando e conservando os recursos naturais (CAPORAL E COSTABEBER, 2004), num processo coletivo de construção do conhecimento e de gestão compartilhada, em concordância com princípios da aprendizagem social (HARMONICOP, 2005).

Em seu projeto de extensão universitária, MARÍN (2009), afirma que a interligação de saberes acumulados pela ciência e pelos saberes populares sobre os agroecossistemas é o ponto de partida para a construção de condições objetivas e subjetivas para apoiar o processo de transformação das formas de produzir e consumir, tendo como referencial os ideais da sustentabilidade econômica, social e ambiental, a médio e longo prazo. Além disso, a transição agroecológica significa a construção de conhecimentos e de alternativas tecnológicas que apoiem os processos de transformações rumo à sustentabilidade. Neste contexto, o conceito de sustentabilidade advém de um consenso da necessidade de uma nova forma de agricultura, sendo de fato um conceito complexo, construído socialmente e seus significados dependem do contexto no qual se insere (COSTABEBER, 1998; MÁRIN, 2009).

No objetivo de incorporar a agroecologia no campo da ciência, as mudanças vêm sendo efetuadas graças a iniciativas acadêmicas voltadas para a estruturação da prática agroecológica como área da pesquisa, com o objetivo de investigar as diferentes

⁶ Conjunto de práticas bem definidas como substituição de insumos industriais por biológicos, compostagem, uso de esterco de animais, adubação verde, controle biológico de pragas e doenças, rotação de culturas, uso de caldas, eliminação do uso de aditivos e reguladores do crescimento, dentre outras.

dimensões da agroecologia e de fomentar estudos científicos que contribuam para a transição agroecológica. Para isso, LACEY (2015) relata que estratégias de pesquisa na área devem seguir três diretrizes centrais:

- Estudar física, química e biologia a partir de uma perspectiva humanista, tendo em vista aspectos sociais, históricos e culturais;
- Integrar o conhecimento científico com os conhecimentos populares, tradicionais e indígenas, para que se obtenha um conhecimento múltiplo;
- Incluir os agricultores nas atividades científicas como participantes ativos.

Estas estratégias corroboram com SEVILLA GUZMAN, (2006) na conclusão que a agroecologia, em seu enfoque científico que promove o desenvolvimento rural sustentável, vincula-se com a identidade do local, recriando mosaicos do meio rural, através de diferentes formas de ação social coletiva de caráter participativo.

Neste constante desafio, a construção de modelos de agricultura e de sociedade onde não haja custos socioculturais, ambientais e econômicos ocultos, podemos afirmar que a agroecologia vem se estabelecer como uma ciência que serve a sociedade como um todo, às gerações futuras e atuais, aos atores do mundo rural e urbano, pois, produzir, comercializar e consumir alimentos são atividades com profundo conteúdo ético e político, que condiz com atitudes cidadãs, não apenas por parte dos agricultores, mas de quem se propõe a viver numa sociedade igualitária e justa (EMBRAPA, 2006; RAMOS et al., 2014).

MOREIRA (2003) cita que o engajamento dos agricultores aos processos de transição agroecológica acontece de forma muito particular em cada caso, pressupondo certo estado de incertezas quanto ao seu futuro. A opção pela mudança do sistema agrícola, participando de um processo coletivo de ação social, diminui o risco dos processos individuais de transição, e além dos benefícios da transição agroecológica, os agricultores contam com os benefícios de agirem coletivamente. O autor afirma que:

A grande diversidade de projetos, ações e programas encontrados na localidade, confirma o potencial que há para o estabelecimento de uma Rede Local de Agroecologia e Desenvolvimento Socioambiental, que

viabilize uma ação compartilhada entre as organizações, de maneira a fortalecer não somente os processos de Transição Agroecológica nos três níveis, propriedade, local e regional, mas que facilite o emergir de novas propostas de ação social coletiva entre as organizações dos setores públicos, privado e do terceiro setor. Ao Estado cabe, no desenrolar da agricultura de base ecológica, fornecer os recursos necessários para a implementação de políticas públicas que estejam em sintonia com o fortalecimento da agricultura familiar, da produção de alimentos ecológicos, da pesquisa, ensino e extensão em Agroecologia e da reforma agrária como instrumento de desenvolvimento econômico e social de nosso país (p. 130).

Neste processo de transição agroecológica, a participação ativa dos agricultores em conjunto com técnicos e interessados, constrói novas formas de aprendizado, respeitando as limitações de cada um, estimulando uma troca de saberes, que vão além de simplesmente incitar novas tecnologias, mas construir um processo de conhecimento em prol de um desenvolvimento sustentável.

Novos caminhos do cooperativismo: educação para a sustentabilidade, aprendizagem social e economia solidária

Numa concepção holística que relaciona o homem, a natureza e o universo, o grande desafio de tornar a educação ambiental um ato político, voltado à transformação social, segue permeado com a referência da degradação ambiental provocada pelo próprio ser humano. Há, portanto, necessidade de se promover em diferentes espaços educacionais e informativos, assegurados pelo poder público, e em concordância com demandas locais, trilhar novos caminhos possíveis no enfrentamento deste processo, sensibilizando o maior número de pessoas frente suas corresponsabilidades na fiscalização e controle da degradação ambiental (JACOBI, 2003).

Isso porque, conforme SORRENTINO et. al. (2005), a dissociação homem-natureza causada pelas injustiças ambientais, desigualdade social, bem como a apropriação capitalista da natureza, gera um processo de exclusão social nos quais há uma enorme degradação ambiental, sendo a maioria da sociedade privada dos benefícios materiais gerados. A educação ambiental visa à superação deste processo e fomentar processos que impliquem o aumento do poder das majorias na sua capacidade de

autogestão e no fortalecimento de sua resistência, hoje submetidas à dominação capitalista de sua vida (trabalho) e de seus espaços (ambiente).

Espera-se, dessa forma, que o ser humano, mais consciente que suas ações possam modificar e transformar o meio ambiente comece a repensar seu papel na sociedade, especialmente junto às políticas ambientais, econômicas e sociais, percebendo-se como agente construtor e/ou destruidor do local que habita.

A Agroecologia pode ter uma contribuição importante para a educação ambiental, uma vez que trabalha diretamente a questão da sustentabilidade. Nesse sentido, temas como a produção de alimentos saudáveis com equilíbrio ambiental, biodiversidade e equidade social podem ser embasados e potencializados por intermédio dos princípios filosóficos e científicos da Agroecologia e da educação ambiental (EMBRAPA, 2006), criando espaços para implantar diversas alternativas de participação social, no intuito de que haja uma nova postura da população, que passa da dependência e não responsabilidade perante a problemática ambiental, para repensar seu espaço, refletir conscientemente e delatar a deficiência de práticas comunitárias baseadas na participação e no envolvimento dos cidadãos (JACOBI, 2005).

Há de se compreender que não só o poder público é responsável pela qualidade ambiental, mas os atos individuais de toda sociedade também transformam o meio. E que por meio da educação pode-se construir um pensamento crítico, com princípios éticos, sustentáveis e políticos. A educação ambiental fundamenta-se, enquanto projeto educativo, na mudança de valores que podem transformar a sociedade e o indivíduo (JACOBI, 2005).

A maioria dos autores que analisa a proposta de uma educação para a sustentabilidade, concorda que ela surgiu como uma tentativa de superar alguns problemas apresentados pela educação ambiental praticada nas escolas de diversos países da União Europeia e reconhecem, em geral, que a educação ambiental não apresentou os resultados esperados nas últimas décadas, nem se mostrou capaz de atender à crescente complexidade da crise contemporânea (LIMA, 2003). Assim, a educação ambiental ou a educação para a sustentabilidade, deve atentar-se para não tratar a crise ambiental como meramente ecológica e tornar-se apenas uma abordagem fragmentada da questão

socioambiental. Muitas vezes “peca-se” ao não aplicar metodologias participativas, propondo exclusivamente mudanças comportamentais e confundido meio ambiente com natureza.

Cabe contextualizar que Educação para a Sustentabilidade, objetiva o desenvolvimento da consciência crítica da sociedade, devendo estar comprometida com uma abordagem ambiental que interrelacione os aspectos sociais, ecológicos, econômicos, políticos, culturais, científicos, tecnológicos e éticos. Associa-se, portanto, a vários aspectos ligados a Agroecologia, sendo vital na construção do conhecimento agroecológico. E, neste emaranhado de saberes construídos, vem se somar à aprendizagem social.

JACOBI (2013) cita, no livro *Aprendizagem social e unidades de conservação: aprender juntos para cuidar dos recursos naturais* que:

A partir do conceito de aprendizagem social visa-se responder aos desafios da sustentabilidade e integração das interfaces da gestão de recursos naturais, o que pressupõe a contribuição de diferentes conhecimentos e a interdisciplinaridade. O entendimento do problema é o pressuposto para que os atores comecem a dividir sua compreensão sobre o assunto, explorando as possibilidades de perspectivas para a intervenção. O que resulta no desenvolvimento da conexão de diferentes tipos de entendimento do problema, criando diálogos, como base de fortalecimento de lógicas de cooperação (p.15).

Neste ponto, pode-se entender que o desenvolvimento de uma cooperativa de produtores agroecológicos, faz-se com atores que se apoiam mutuamente, interagem em ações e discussões, trocando informações e aprendendo juntos. Seria a aprendizagem social, o caminho para se pensar novas formas de relação entre estes atores, que juntos buscam cooperar entre si na formação de novos conhecimentos advindos da transição agroecológica, na troca de saberes, mudança de valores, informações e tecnologias criadas ao longo dos anos com base no conhecimento prático de gerações?

Neste ideal de cooperativismo, a aprendizagem social estimula e articula as pessoas a mudarem suas práticas, ao combinar informação e conhecimento, assim como capacitação, motivação e estímulos para a mudança de atitudes, habilidades adquiridas que se dialogam em processos de negociação, partindo para uma ação compartilhada e

assertiva ao lidar com conflitos, valores e crenças, relações de força complexas e dinâmicas políticas que não se manifestam – ou se manifestam de modo diferente – em organizações (JACOBI et al 2013; MONTEIRO, 2009).

Entretanto, trata-se de um processo amplo, educativo, eminentemente político, que visa ao desenvolvimento nos educandos de uma consciência crítica acerca das instituições, atores e fatores sociais geradores de riscos e seus respectivos conflitos socioambientais. Buscar uma estratégia pedagógica do enfrentamento de tais conflitos a partir de meios coletivos de exercício da cidadania, pautados na criação de demandas por políticas públicas participativas, requer uma gestão ambiental democrática (LAYRARGUES, 2001).

Destaca-se ainda que, ações de avaliação, controle e prevenção no âmbito do meio ambiente, apenas alcançarão bons resultados quando acompanhadas de processos educativos participativos e cooperativos, em uma busca constante pela ressignificação de crenças, valores, pressupostos, convicções, opiniões, etc., ou seja, compreendendo a educação, como forma de transformação social.

O cooperativismo nasceu na Inglaterra do século XIX, ao incitar a união da força de trabalho e da solidariedade, somada ao resgate da dignidade humana e da luta pela sobrevivência, tornou-se uma forma alternativa de produção, em uma economia baseada estritamente nas leis de mercado, além de uma forma de proteção quanto à ação devastadora da busca pelo lucro, dando origem as primeiras cooperativas (FAGALI, 2014).

Hoje, a evolução da ideia cooperativista, unida às demais formas associativas, bem como às ações de caráter social e solidário, convergem para a formação da Economia Solidária, podendo se verificar não somente cooperativas populares, mas também presente em outras associações como clubes de troca, bancos do povo, feiras de artesanato, redes de projetos comunitários, instâncias governamentais, incubadoras universitárias, entidades de apoio e fomento e demais instituições baseadas na aprendizagem, solidariedade e cooperação (FRANTZ, 2012; França Filho, 2006 apud FAGALI, 2014). O que torna o movimento agroecológico ainda mais válido, pois

aspectos inerentes e já consolidados, como formação de mutirões, feiras de troca de sementes, encontros em feiras agroecológicas, já contém ações sociais e solidárias.

Nos moldes atuais de agricultura sustentável, enquanto modelo de produção local, propõe-se circuito de menor distância entre o produtor e o consumidor para o aumento da oferta de produtos destinados às feiras de produtos orgânicos, o que ocasiona que os diversos atores sigam os princípios da economia solidária, comércio justo e consumo responsável e encontrem condições vantajosas para participar de modo mais ativo na dinâmica que envolve as transações comerciais de produtos agrícolas (RAMOS et al., 2014).

Economia Solidária é resumida por GADOTTI (2009) como uma desmercantilização do processo econômico, consistindo num processo básico de construção de um novo socialismo, porém, esta desmercantilização não significa uma desmonetarização ou o fim do mercado, mas sim a eliminação do lucro como categoria.

Nos empreendimentos da Economia Solidária, a propriedade dos meios de produção é coletiva, dela participando todos os que neles trabalham. Isto significa que onde se pratica a economia solidária não há lucros e nem salários. A receita das vendas dos produtos e/ou serviços pertence integralmente aos trabalhadores associados, que democraticamente decidem como ela deve ser dividida entre investimentos, gastos de consumo do empreendimento e distribuição entre os cooperados/associados. Um dos princípios básicos do cooperativismo e/ou economia solidária, é que, a qualquer momento, se permite a associação ou desligamento de um dos membros, que podem levar consigo sua parte do capital investido, preservando sua liberdade individual (SINGER, 2004). A Economia Solidária é antes de tudo um processo contínuo de aprendizado de como praticar a ajuda mútua, a solidariedade e a igualdade de direitos no âmbito dos empreendimentos e ao mesmo tempo fazer com que os envolvidos no processo sejam capazes de melhorar a qualidade de seus produtos e/ou serviços, as condições de trabalho, o nível de ganho dos sócios, a preservação e recuperação dos recursos naturais colocados à sua disposição (FRANTZ, 2012).

Os princípios da Economia Solidária que envolve autogestão, cooperação, divisão igualitária de recursos, deveres e responsabilidades são fundamentais para a

sustentabilidade da agricultura familiar. Na ocasião do projeto Mãos e Mentes Conectadas: tecendo a rede colaborativa agroecológica de Parelheiros, um grupo de pequenos produtores iniciou o processo de formação em 2006, com o apoio da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo (ITCP-USP). Segundo constado por MESQUITA E COSTA, (2010) havia restrições de recursos financeiros do projeto e dos participantes do curso, o que inviabilizava melhorias e ações do grupo para pequenos empreendimentos e a comercialização dos produtos sendo que a atividade para alguns era uma segunda fonte de renda. Foi observada uma forte dependência e carência desses produtores pelas orientações e capacitações realizadas pelo grupo de extensão universitária da USP, onde os produtores não conseguiram dividir as tarefas e responsabilidades sem que houvesse intervenção do grupo de pesquisadores.

Ao participar de feiras agroecológicas, os agricultores podem definir prioridades como construção coletiva de caminhos para comercialização para produtos agroecológicos, lançando no mercado produtos seguros e soberanos, livres de agrotóxicos, onde uma boa parte dos alimentos foi produzida através de sementes crioulas, como resposta em oposição aos transgênicos, além do incentivo a novas formas de comercialização, o comércio justo baseado numa relação fraterna, solidária e de confiança e respeito entre as pessoas (MARCOS, 2007), reconhecendo o agricultor no seu papel de semeador dos princípios agroecológicos para o desenvolvimento rural sustentável.

A promoção da saúde na prática agroecológica

Por sua complexidade, a agroecologia pode se tornar uma forte aliada da Promoção da Saúde no que tange aos processos educativos e participativos, pois suas técnicas propõem a construção de espaços coletivos, promovendo tanto a troca de conhecimento entre os atores envolvidos por meio do resgate do saber popular, como a abordagem de temáticas que fortaleçam a mobilização e participação popular e proporcionem uma maior aproximação destes atores com a natureza.

Para BUSS (2000), a promoção da saúde visa assegurar a igualdade de oportunidades e capacitar indivíduos e comunidades a conhecer e controlar os fatores determinantes de sua saúde, estimulando a formulação e a implementação de políticas públicas saudáveis. Assim sendo, a capacitação para o exercício da cidadania, feita por profissionais e ativistas da saúde, pode trazer ao movimento social contribuições inestimáveis na prática da promoção da saúde.

O consumo de alimentos orgânicos oriundos da agricultura familiar urbana e periurbana pode promover saúde humana e ambiental, ampliar a oferta de trabalho e renda (já que a agricultura orgânica necessita de trabalho mais intensivo), contribuir para diminuir o abandono das pequenas propriedades e, ainda, ajudar a conter a ocupação urbana desordenada.

Quer seja rural, urbana ou periurbana, a agricultura familiar é reconhecida em todos os documentos de estímulo à implementação da Segurança Alimentar e Nutricional – SAN, como sendo o segmento estratégico para se incitar a prática de uma agricultura sustentável, visando minimizar os impactos no ambiente, oferecer uma alimentação saudável para a população, promover a geração de emprego, renda e desenvolvimento sustentável para agricultores familiares e comunidades com tradição agrícola, além de poder ainda apoiar a formação de redes de cooperativas para processamento e comercialização de alimentos. Este sistema, portanto, que busca a sustentabilidade da produção, insere-se integralmente no conceito de SAN, referendado no Brasil pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Entre as diretrizes da SAN aparece a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos no processo de produção de alimentos, a promoção da agricultura familiar e das práticas de Agroecologia (AZEVEDO e PELICIONI, 2011; CONSEA, 2007).

A conceituação pela cartilha do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) diz sobre Segurança Alimentar e Nutricional:

Todo mundo tem direito a uma alimentação saudável, acessível, de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente. Isso é Segurança Alimentar e Nutricional. Ela deve ser totalmente baseada em práticas alimentares promotoras da saúde, sem nunca comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. Esse é um direito do brasileiro,

um direito de se alimentar devidamente, respeitando particularidades e características culturais de cada região (CONSEA, 2007 p.26).

A adoção de práticas orgânicas na produção de alimentos prevê consequências ambientais perceptíveis na produção de alimentos, que culmina no aumento da fertilidade do solo, na qualidade de vida dos animais e seres humanos vivendo num ambiente isento de substâncias tóxicas, onde se mantenha a diversidade biológica da flora e da fauna, as águas mais limpas, o clima equilibrado e o ar menos poluído. A resiliência do ambiente fica, assim, irremediavelmente ligada ao conceito de saúde humana e a Agricultura Orgânica torna-se um instrumento essencial na promoção da saúde ambiental (AZEVEDO, 2004).

Ainda segundo a autora, o agricultor familiar, antes relegado ao papel secundário no processo produtivo, reassume hoje as condições para resgatar uma nova forma de produção de alimentos de qualidade, que inserida num contexto de organização social mais justo e solidário, promova a saúde humana, a cultura local, o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida.

Neste sentido, essa pesquisa considera a relevância da promoção da saúde, enquanto indivíduos e grupos dentro de uma comunidade buscam capacitar-se para conquistar uma melhor qualidade de vida e saúde, participando no controle deste processo, garantindo que suas aspirações e necessidades sejam levadas em conta modificando o ambiente ao seu favor (BRASIL, 2002).

A promoção da saúde fundamenta-se na ideia de ampliação do controle dos indivíduos sobre suas vidas e sua saúde, mediante a participação ativa e os processos de empoderamento de indivíduos e comunidades, requerendo ações interdependentes quando o que se visa é à transformação de uma realidade imposta, e não apenas à substituição de um problema por outro (MENDES et al., 2013). É nesse sentido que a autonomia diz respeito às “atitudes ou comportamentos de usuários de serviços ou programas de promoção da saúde, mas também às práticas dos agentes, profissionais e gestores que os oferecem e desenvolvem” (Fernandez, 2012, p.500 citado por MENDES et al., 2013).

O empoderamento pode ser compreendido como um processo de ação social que promove a participação das pessoas, das organizações e das comunidades na conscientização de que a falta de oportunidades na participação de tomadas de decisões podem afetar a saúde e outros setores. Ao se diminuir a exclusão social a busca pela confiança social facilita a cooperação para benefício mútuo e poder igualitário (MÁLAGA e RAMIREZ, 2001).

MARÍN (2012) cita que o primeiro obstáculo a ser transposto é a falta de conhecimentos dos direitos em geral e que o empoderamento social gera capacidades e oportunidades para uma melhor qualidade de vida através da satisfação de necessidades básicas, entre elas, saúde e educação, sendo que o empoderamento, como ação governamental, permite políticas públicas melhor distribuídas e preventivas, para que grupos não sejam excluídos socialmente e recaiam na pobreza.

Entretanto, a sensibilização ambiental e a promoção da saúde apenas se traduzem em ação quando acompanhadas de uma população organizada e preparada para conhecer sua realidade, sendo que o anseio por um ambiente saudável e sua subsequente melhora na qualidade de vida, constitui-se no fazer diário de uma relação pessoal e comunitária. Assim, socializando-se os resultados de um refletir e aprender coletivos permite aos diversos atores sociais, buscar parceria para a solução dos seus problemas de acordo sua própria realidade (VENDROLUSCO, 2001).

Ressalta-se ainda que, no atual debate entre a agroecologia e a promoção da saúde pode-se afirmar que estas são áreas contributivas e complementares, vindo a enriquecer a discussão em torno da saúde rural e a concepção das políticas públicas que as embasam, estimulando intervenções e novas práticas intersetoriais. Práticas estas que combinam ações estratégicas entre governo, sociedade e indivíduo e sistema de saúde na responsabilização múltipla de seus problemas (BUSS, 2000; AZEVEDO E PELICIONI, 2011).

Desse modo, a promoção da saúde, enquanto um processo que prepara as pessoas para assumir o controle sobre os determinantes de suas condições de vida e saúde, pode influenciar escolhas mais conscientes e saudáveis. No contexto desta pesquisa, para que os agricultores, e as pessoas, de maneira geral, optem mais coerentemente por uma prática

agrícola, ou por alimentos mais saudáveis, é de grande importância processos de educação ambiental, desenvolvidos com base na aprendizagem social e voltados para a promoção da saúde, oferecendo subsídios para que as pessoas conheçam os problemas socioambientais, bem como os determinantes de sua saúde, preparando-os para estas escolhas e suas subsequentes intervenções.

Políticas públicas voltadas a agroecologia

Políticas públicas são conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico. As políticas públicas correspondem a direitos assegurados constitucionalmente ou que se afirmam graças ao reconhecimento por parte da sociedade e/ou pelos poderes públicos enquanto novos direitos das pessoas, comunidades, coisas ou outros bens materiais ou imateriais (SEMA, 2013).

Porém, apesar desta definição, para alguns autores, como TEIXEIRA (2002), não há um entendimento claro do que são políticas públicas, e para serem compreendidas, faz-se necessário entender alguns elementos do conceito que as define, delimitar sua abrangência em termos de esfera de poder político (nível federal, estadual, municipal) e de conteúdo temático (política, econômica, social, saúde, educação, assistência social etc.).

Atualmente, a capacidade dos governos ao formular e intervir nas políticas públicas é cada vez menor, pois se reconhece que alguns segmentos da sociedade, sejam organizações do terceiro setor ou movimentos sociais, agem de acordo com seus interesses e influenciam no tipo de política formulada de acordo com suas qualidades, intervenção, garantias e favorecimento, variando conforme suas coalizões dentro do governo (SOUZA, 2006a).

Garantir um processo que orienta desde sua formulação à avaliação dos resultados deve ter participação de movimentos populares, onde se procura influir nas

políticas já em vigor, buscando alternativas que possam atender aos interesses da maioria, sobretudo em nível local em busca de um desenvolvimento mais sustentável. Na elaboração de uma política pública deve-se perguntar quem decide o quê, quando, com que consequências e para quem, pois estas definições relacionam-se com a natureza do regime político em que se vive, com o grau de organização da sociedade civil e com a cultura política vigente (TEIXEIRA, 2002).

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006a). Por ora é necessário enfatizar que as políticas sociais (políticas setoriais específicas como saúde, educação, saneamento, habitação e segurança), constituem um subconjunto de um conjunto maior que denominamos de políticas públicas. Em outras palavras toda política social é uma política pública, mas nem toda política pública é uma política social. O que equivale dizer que política externa, econômica, administrativa, por exemplo, se constituem como políticas públicas importantes, pois se referem diretamente à ação do estado, mas não dizem respeito (ao menos diretamente) às políticas sociais, pois às vezes, o bom funcionamento do estado ou eficiência de uma política social pode depender de eficácia das políticas públicas mais abrangentes (SOUZA, 2006a).

As políticas públicas podem ser formuladas por iniciativa dos poderes executivo e legislativo, a partir de demandas e propostas da sociedade em seus diversos seguimentos, sendo que a participação da sociedade na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas, em alguns casos é assegurada na própria lei que as institui. A educação e a saúde no Brasil são direitos universais, assim, as políticas públicas são instituídas pela própria Constituição Federal e a sociedade participa mediante os conselhos em nível municipal, estadual e nacional, através de instrumentos que servem como forma de envolver os diversos segmentos da sociedade em processos de participação e controle social, como por exemplo, audiências públicas, encontros e conferências setoriais.

Na construção de políticas públicas voltadas para agroecologia, entende-se que as políticas voltadas à promoção de uma agricultura econômica, social e ambientalmente sustentável (WEID, 2006), deveriam ser analisadas levando-se em conta a diversidade local de produção e cultura dos agricultores na trajetória de uma transição agroecológica e os diferentes caminhos a serem trilhados ao incorporar princípios ecológicos ao manejo de modo produtivo (NIEDERLE e ALMEIDA, 2013).

A implantação de um modelo de desenvolvimento agrícola e rural no Brasil, pautado na Agroecologia e nos preceitos da sustentabilidade, não poderá ser atingido com ações isoladas. Ao se considerar a diversidade de climas, solos, plantas, etnias e culturas, a abundância de terras, de água e de energia solar, dentro das perspectivas brasileiras, permitem afirmar que é possível alcançar com outras estratégias que exigirá, entretanto, escolhas políticas e projetos coerentes alicerçados em programas que visem à construção de mais sustentabilidade socioambiental nas atividades agropecuárias (CAPORAL, 2009a). Portanto, deve ser uma política de vários âmbitos e abrangências, perpassando por várias instâncias, num enfoque de desenvolvimento com políticas complementares que envolva a participação de vários ministérios, visando estruturar e criar as condições necessárias e favoráveis para a consolidação desse novo processo (EMBRAPA, 2006).

As poucas políticas públicas implementadas de âmbito federal, implementadas devido a influência das organizações que atuam no campo agroecológico, tem um alcance restrito, sendo partes de programas mal ajustados às reais necessidades das famílias agricultoras ou pouco demandadas por elas. As que favorecem uma transição agroecológica, até o momento, são pontuais e não respondem ao que poderíamos entender teoricamente como política pública (CAPORAL e PETERSEN, 2012), pois se tornam partes isoladas em projetos e programas.

Em 2012, a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO, por meio do Decreto nº 7.794/2012, firma o compromisso do governo federal em “integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutores da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica, como contribuição para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis” (BRASIL, 2012). Entre suas principais diretrizes estabelece como maiores desafios:

“a ampliação do número de agricultores/as e produtores/as envolvidos com a produção orgânica e de base agroecológica; o incentivo ao registro, à produção e distribuição de insumos adequados à produção orgânica e de base agroecológica; o fomento à conservação, ao manejo e ao uso sustentável dos recursos naturais; a contribuição para a organização de agricultores e agricultoras em cooperativas e redes solidárias, a ampliação das compras e subvenções e o número de pontos de venda de produtos; a ampliação da utilização de crédito e outras formas de financiamento e fomento para o custeio e implantação de infraestruturas produtivas e comerciais; a inclusão e incentivo à abordagem da agroecologia e de sistemas de produção orgânica nos diferentes níveis e modalidades de educação e ensino, bem como no contexto das práticas e movimentos sociais, do mundo do trabalho e das manifestações culturais; a democratização da agenda de pesquisa e sua integração com a extensão, de modo a socializar o conhecimento agroecológico para técnicos, agricultores/as e produtores/as; o estímulo à agroindustrialização e a outras formas de agregação de valor aos produtos orgânicos e de base agroecológica; a ampliação do acesso do consumidor a informações e ao consumo de produtos orgânicos e de base agroecológica; o reconhecimento e fortalecimento do protagonismo dos jovens e das mulheres rurais na agroecologia e produção orgânica e o fortalecimento do papel das redes na articulação dos atores e na dinamização de ações relacionadas à produção orgânica e de base agroecológica” (MDA, 2013, p.16).

É fundamental que as entidades da sociedade civil, particularmente as organizações de produtores familiares, atuem para que estas políticas se tornem consistentes e abrangentes, vencendo a resistência do governo ao formular propostas condizentes e mais adequadas ao desenvolvimento da agricultura com base no enfoque agroecológico e que exerçam influência em suas diretrizes e bases para que venham a ser efetivadas (WEID, 2006). O que se desvia da lógica mercantilista na atual era da informação e da globalização, que nos mostra uma amplitude inimaginável no acesso a conhecimentos novos e a informações relevantes sobre a insustentabilidade do atual modelo agrícola, e constata que é hora de mudar, adaptando as políticas a nossa realidade (CAPORAL e PETERSEN, 2012).

PRONAF

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF⁷ é um programa de apoio ao desenvolvimento rural, a partir do fortalecimento da agricultura familiar como segmento gerador de postos de trabalho e renda, executado de forma descentralizada e tem como protagonistas os agricultores familiares e suas organizações (BRASIL, 1996).

Tem como objetivo construir um padrão de desenvolvimento sustentável para os agricultores familiares e suas famílias, visando o aumento e a diversificação da produção, com o consequente crescimento dos níveis de emprego e renda, proporcionando bem-estar social e qualidade de vida.

É uma das principais políticas públicas voltadas à produção familiar e pode ser acessado pelos produtores a partir da aquisição da DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF). A adesão ao PRONAF permite ao agricultor familiar conseguir financiamento para linhas de crédito com juros mais baratos e pagamento em longo prazo (BRASIL, 1996), além de diversificar suas cultura e atividades em sua propriedade rural. Também a adesão à assistência técnica, seja privada ou acessível pelos órgãos públicos, que faz o planejamento de produção e plano de negócios, é de fundamental importância para o desenvolvimento da atividade e para que o produtor tenha acesso as diferentes tecnologias e novidades no seu ramo. O técnico registrado pelo órgão público certifica-se do cumprimento de todas as regras e o qualifica apto através da DAP.

Para os produtores se beneficiarem com o PRONAF, estes devem ser agricultores familiares, sejam eles proprietários, assentados, posseiros, arrendatários, parceiros ou meeiros, que utilizem mão de obra familiar, e tenham até dois empregados permanentes. Além disso, não devem deter, a qualquer título, áreas superiores a quatro módulos fiscais, e no mínimo 50% (cinquenta por cento) da renda bruta familiar anual proveniente da atividade agrícola ou agropecuária, exercida no estabelecimento. O agricultor familiar deve residir na propriedade ou em povoado próximo.

⁷ O Programa destina-se a promover o aumento da produção e da produtividade e a redução dos custos de produção, visando à elevação da renda da família produtora rural. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/apoio/pronaf.html>>. Acesso em: 13/10/15.

PAA e PNAE

Na construção de novos mercados, a construção de políticas públicas, evidenciam as distintas formas pelas quais os ideais vinculados à agroecologia, à segurança alimentar e nutricional e à agricultura familiar ganharam força em diferentes palcos, influenciando na formulação e implementação, no Brasil, de novos instrumentos de ação governamental e, particularmente no caso do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) (BRASIL, 2015).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado em 2003 pela Lei Federal n. 10.696 de julho de 2003, a partir de uma articulação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) com o governo federal brasileiro, no âmbito das discussões pertinentes ao Programa Fome Zero.

No âmbito das políticas públicas acessíveis aos agricultores da CooperAPAs, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), em consonância com a sua proposta, que consiste em realizar a compra institucional de produtos da agricultura familiar, foi instituído num projeto piloto que acabou fracassando devido à baixa adesão dos agricultores, que não se organizaram para atender o abastecimento de determinados alimentos para as escolas e hospitais da região.

As compras públicas de alimentos devem ser concebidas como um instrumento de promoção da segurança alimentar. Experiências de fornecimento de alimentos ecológicos por famílias agricultoras, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) mostram que iniciativas dessa natureza exercem um papel dinamizador da produção agroecológica e do desenvolvimento local. É nesse sentido que a agricultura ecológica familiar e camponesa deve, por direito, ser considerada a principal fornecedora dos mercados institucionais, em particular o Programa Alimentação Escolar que é o maior comprador público de alimentos. Para tanto, é necessário que os atuais obstáculos legais e normativos sejam removidos (EMBRAPA, 2006; RIGON et al., 2010).

A ênfase na produção agroecológica e orgânica deriva também da preocupação em fornecer alimentos saudáveis às populações em situação de insegurança alimentar e

nutricional ou vulnerabilidade. Esse debate tem ganhado impulso especialmente no PNAE, quando em 2006 foram estabelecidas as diretrizes para promoção de uma alimentação saudável nas escolas (BRASIL, 2009b).

Nesta discussão destaca-se a questão dos agrotóxicos que, por sua vez, está diretamente relacionada com a agroecologia. Desse modo, a construção da segurança alimentar e nutricional e a promoção da alimentação saudável são indissociáveis da discussão sobre modelo de agricultura e o estímulo a uma agricultura de base ecológica (EMBRAPA, 2006).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) teve início na década de 1950 e, desde então, passou por várias transformações. A partir de 2003, vem sendo aperfeiçoado e ampliado no intuito de contribuir para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta da alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricional. São atendidos pelo Programa os alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público), por meio da transferência de recursos financeiros (BRASIL, 2009a).

Outro elemento comum ao PAA e PNAE na promoção da agroecologia refere-se ao espaço atribuído aos alimentos produzidos segundo tais manejos nestes mercados institucionais. O PAA traz como uma de suas finalidades “promover e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, e incentivar hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional” (BRASIL, 2009b).

Por sua vez, o PNAE afirma que nas aquisições da agricultura familiar devem ser priorizados, sempre que possível, os alimentos orgânicos e (ou) agroecológicos (BRASIL, 2015). A sinergia entre esses dois programas, não apenas potencializa a produção agroecológica e o desenvolvimento local, como também valoriza as culturas alimentares e os alimentos regionais, a alimentação de qualidade das crianças e das famílias, possibilitando, inclusive, a implementação de ações educativas em alimentação e nutrição (RIGON et al., 2010).

CAPÍTULO 2 – Abordagem metodológica

Tipo de estudo

Esta pesquisa é de abordagem qualitativa, pois investiga a subjetividade apresentada pelos atores envolvidos, por meio de suas representações sociais⁸, as quais não podem ser quantificadas (MINAYO, 2012).

Para NOGUEIRA-MARTINS e BÓGUS (2004) a pesquisa qualitativa busca uma compreensão particular daquilo que estuda, pois não se preocupa com generalizações populacionais, princípios e leis. Os métodos qualitativos produzem explicações com ênfase no significado do fenômeno. O foco é centralizado no específico, no peculiar, almejando a compreensão do fenômeno estudado, ligado a atitudes, crenças, motivações, sentimentos e pensamentos da população estudada.

Os métodos de abordagem participativa envolvem uma série de práticas das mais diferentes áreas, requerendo-se a participação de todos envolvidos nos problemas apresentados e focando sua possível solução (THIOLLENT e TOLEDO, 2012). Ainda segundo os autores, as universidades podem aplicar métodos participativos voltados à área da saúde (promoção da saúde), em projetos de extensão de caráter interdisciplinar, adquirindo uma interação com o ambiente tanto em áreas urbanas como rurais.

Metodologias participativas que se baseiam nos princípios da participação, reflexão, ação e produção dos saberes mostraram-se adequadas num estudo de Toledo et al. (2014), no enfrentamento de problemas socioambientais, de saúde e educacionais devido ao caráter interdisciplinar da temática posto a necessidade da apropriação de novos conhecimentos, valores e habilidades por parte dos sujeitos e pesquisadores.

A utilização de métodos participativos no processo de desenvolvimento próprio de um grupo de reassentados permitiu o envolvimento de atores sociais com diferentes

⁸ *As representações sociais são modalidades de conhecimento construídas socialmente, vinculadas a um sistema de valores e, portanto, seu reconhecimento pode auxiliar na interpretação e intervenção na realidade vivenciada (MOSCOVICI, 1978; JODELET, 1989).*

visões de mundo, objetivos e finalidades, combinada com diferentes perspectivas analíticas e as dinâmicas de grupos. A implementação de programas de desenvolvimento rural de forma participativa pôde ser considerada como um processo de aprendizagem no sentido em que os atores iniciam um processo de compreensão dos seus problemas e definem diferentes estratégias para resolvê-los (ZITZKE, 2012).

Para atingir os objetivos propostos, o método de pesquisa utilizado foi o de sistematização de experiências (SE) como forma de possibilitar à pesquisadora e aos envolvidos uma reflexão crítica em torno da experiência de agricultura agroecológica.

O termo sistematização de experiência adquire um sentido mais amplo no campo da Educação Popular, preconizado por Oscar Jara Holliday (2006), pois não se refere somente a copilar dados e informações, mas entremear experiências e obter aprendizagem crítica do processo vivido.

Esta metodologia foi criada para sistematizar experiências de educação popular na América Latina, sendo esta adequada para trabalhar com realidades dinâmicas, complexas e participativas, que têm o ambiente social como fonte de dados, contribuindo para o aprimoramento da gestão de políticas públicas em uma perspectiva integrada e participativa, com vistas à melhoria da qualidade de vida da população de uma determinada região (FERNANDEZ et al., 2006).

São considerados elementos facilitadores, pessoais ou institucionais, para a realização da SE:

- Interesse em aprender com a experiência e sensibilidade para falar sobre ela sem a influência de valores pressupostos;
- Coerência do grupo ao realizar a SE, reconhecendo nesta uma oportunidade para a reflexão crítica, aprendizagem mútua e construção de um pensamento coletivo, a fim de promover processos que permitam valorizar a trajetória e dinâmica dos percursos.

Para HOLLIDAY (1996), a participação do sistematizador na experiência é pré-requisito no processo, além de registros obtidos por meio de análise documental e demais

técnicas utilizadas ao longo do processo de pesquisa, como entrevistas, que, no caso deste estudo, seus resultados ofereceram importantes subsídios à pesquisadora no planejamento da oficina, desenvolvida posteriormente. De sobremaneira, corroborando com Morgan e Francke (1988), citados por CHAVES-TAFUR (2007, p.13), “a sistematização de experiências é um processo de reconstrução e reflexão analítica sobre uma prática que foi vivida pessoalmente (ou sobre determinados aspectos dela), mediante a qual interpretamos o que sucedeu para compreendê-la”.

O objetivo de um processo de sistematização é facilitar que atores participem dos processos de aprendizagem e a geração de novos conhecimentos a partir das experiências acumuladas, desenvolvendo cada vez mais a capacidade de tomada de decisões com uma melhora crescente de sua autonomia (BERDEGUÉ et al., 2004).

A metodologia escolhida, conforme já mencionado, foi criada para sistematizar experiências de educação popular na América Latina, porém, por sua eficácia, tem-se mostrado adequada também na aplicação em experiências de gestão, sobretudo naquelas de maior complexidade, decorrentes da multiplicidade de instâncias e atores, da rotatividade destes e, ainda, pelos longos períodos de tempo que o seu desenvolvimento exige (FERNANDEZ et al., 2006).

O ponto de partida da metodologia é a definição do objeto da sistematização, isto é, a seleção de um projeto ou experiência desenvolvido ou vivenciado por uma equipe ou grupo de pessoas. Uma vez definido o objeto, devem ser desenvolvidos cinco passos: a definição do ponto de partida; a delimitação precisa da experiência a ser sistematizada; a descrição do que foi vivenciado e alcançado; a análise crítica; e, por fim, a redação ou edição das informações e análises efetuadas visando o registro e a disseminação dos conhecimentos gerados (CHAVEZ-TAFUR, 2007).

Nos últimos anos, a prática da sistematização de experiências tem se estabelecido como uma atividade fundamental para o aprendizado coletivo de instituições, redes, movimentos sociais (CHAVEZ-TAFUR, 2007; SANCHES, 2011), como no caso da promoção da agroecologia, que tem sido construída apoiada na valorização dos recursos locais e nas práticas e métodos tradicionais de manejo produtivo dos ecossistemas, além

de sua evolução como ciência que se dá quando são criadas condições favoráveis para o diálogo e a troca de experiências e saberes.

População de estudo

A população de estudo desta pesquisa foi constituída por agricultores da CooperAPAs, localizada em Parelheiros, extremo sul do município de São Paulo, e técnicos do setor público e do terceiro setor, envolvidos em algum momento da trajetória de formação, implementação e/ou desenvolvimento da cooperativa pesquisada.

Contextualização da área de estudo: panorama da zona sul rural da cidade de São Paulo

O Município de São Paulo tem uma área de 1523 km², dos quais 222 km² em zona rural, compreendendo 14,75% do território municipal (INSTITUTO CINCO ELEMENTOS, 2013). A maior parte desta área encontra-se ao Sul, no território das Subprefeituras de Parelheiros, que contempla mais de 350 km² da área municipal na qual, juntamente com Capela do Socorro e M'boi Mirim, são desenvolvidas atividades produtivas que vão desde a horticultura (cultivo de hortaliças, frutas, plantas ornamentais, plantas medicinais, entre outros) à extração mineral e vegetal, passando pelo ecoturismo e turismo rural. Segundo informações e cadastramento realizado pela Prefeitura Municipal de São Paulo, havia em 2012, aproximadamente, 400 agricultores apenas na porção sul do município, notadamente na área das subprefeituras de Parelheiros e Marsilac (SOUZA et. al., 2013).

A ocupação do território começou em 1800 com a chegada de famílias alemãs e, por volta de 1950, com a colonização pela comunidade japonesa, a área adquiriu seu caráter agrícola. Atualmente, existem dois grandes focos de produção: ornamentais e hortaliças (RAMOS et al., 2014). A agricultura, que antigamente foi o motor da economia dessa região, vem tendo sua área progressivamente diminuída, com o avanço da

urbanização e as áreas agrícolas abandonadas são alvo fácil de invasões e loteamentos clandestinos.

O município de São Paulo, como produtor agrícola tem como pontos fortes: a curta distância entre o mercado consumidor (reduzindo os custos de produção e redução de emissões dos gases do efeito estufa), uma extensão significativa de terras na zona sul com potencial produtivo e com baixo custo de manutenção. Aliado a tudo isto, está o fato desta mesma área ser considerada de mananciais, devido à sua composição hidrográfica, sendo responsável pelo abastecimento das represas Billings e Guarapiranga e, como consequência, abastecer 30% da cidade de São Paulo (SILVA et al., 2011; SOUZA et al., 2013; SIGAM, 2013).

Nesta região estão as Áreas de Proteção Ambiental (APAs)⁹ Capivari-Monos e Bororé-Colônia, criadas respectivamente em 2001 e 2006, abrangendo uma área de 340 Km², com o objetivo de manter as características rurais da região, promover o uso sustentável dos recursos naturais, proteger os mananciais que abastecem a região metropolitana de São Paulo, a biodiversidade e remanescentes de Mata Atlântica.

⁹ *Uma Área de Proteção Ambiental (APA) é uma categoria de Unidade de Conservação de Uso Sustentável, que de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Lei Federal nº 9.985/00 é definida como: “área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais” (SVMA, 2013a).*

Figura 1. Localização das APAs Capivari-Monos e Bororé-Colônia no município de São Paulo.

Fonte: Instituto 5 Elementos, 2013.

Etapas e instrumentos de pesquisa e intervenção

A sistematização de experiência da CooperAPAs foi realizada em três etapas, por meio da utilização dos seguintes instrumentos de pesquisa e intervenção: análise documental; entrevistas semiestruturadas; e oficina com a técnica da linha do tempo, a fim reconstruir a trajetória de formação, implantação e desenvolvimento de ações da cooperativa.

Análise Documental

Foi realizada análise documental em relatórios de instituições que atuaram na região entre 2009 e 2014, atas disponíveis de reuniões da cooperativa entre os anos de 2011 a 2014, notícias publicadas na mídia, como jornais e vídeos, e o guia de ecoturismo da região, que compreenderam o período de 2011 a 2014, que serão apresentados adiante no texto.

A análise documental é descrita como um procedimento técnico realizado a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos, constituindo uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema (SILVA, 2011).

A análise documental na pesquisa foi equivalente a um processo de garimpagem em que os documentos foram selecionados, estudados e interpretados para embasar a contextualização da região, a trajetória da cooperativa vista por novos ângulos (mídia e sociedade). Na escolha dos documentos o pesquisador não deve manter o foco somente no conteúdo e sim considerar o contexto, a utilização e a função dos documentos, uma vez que são meios para compreender e decifrar o processo (FLICK, 2009). Inicialmente foi feita uma pesquisa das ONGs que já haviam publicado material em projetos com a cooperativa, o que recaiu nos relatórios do Instituto 5 Elementos. Outro documento importante foi o relato da mesa redonda “Que agricultura queremos para a cidade de São Paulo?” com a presença de agricultores, Associação de Agricultura Orgânica (AAO) e representantes do poder público, ocorrida no dia 2 de março de 2012, pois a pesquisadora esteve presente na ocasião e questões importantes para o desenvolvimento sustentável local puderam ser levantadas.

Em setembro de 2012 foi formada a PLATAFORMA DE APOIO À AGRICULTURA ORGÂNICA NA CIDADE DE SÃO PAULO, como forma de articular inicialmente 15 entidades e movimentos da sociedade civil em prol desta importante questão para o nosso município, visando fortalecer a produção de orgânicos nas áreas rurais de São Paulo. O objetivo foi inicialmente comprometer os candidatos a vereador e prefeito nas eleições de 2012 com as políticas públicas que garantam a conservação dessas

áreas, hoje ameaçadas por invasões e loteamentos clandestinos, mas responsáveis pela produção de alimentos saudáveis e orgânicos, a curta distância dos mercados consumidores (Instituto 5 elementos). A pesquisadora participou do curso de capacitação dado pelo instituto, na ocasião que lançaram a plataforma e pôde dar sua contribuição.

As atas das reuniões dentre outras informações, ofereceram subsídios para informações sobre possíveis publicações que posteriormente foram utilizadas e também na escolha dos informantes chave, que foram selecionados para a realização das entrevistas posteriormente gravadas e transcritas para a análise. As atas estavam junto aos documentos da cooperativa que ficam arquivados na sala da subprefeitura de Parelheiros. Foi autorizado o acesso às mesmas com a condição de não serem removidas então o pesquisador pode somente trabalhar no local.

Durante o período de coleta de dados a pesquisadora fez a leitura e retirou informações das seguintes atas:

- 1) Ata da Assembléia Geral de Constituição realizada em 09/06/2011
- 2) Ata da reunião do conselho administrativo da CooperAPAs realizada em 22/11/2012
- 3) Ata de reunião ordinária do dia 23/07/2013
- 4) Ata de reunião ordinária do dia 28/01/2014

As publicações da mídia na coleta de dados para a análise durante o período descrito (2011 a 2014) vieram de acontecimentos que foram previamente discutidos em reuniões (guia de ecoturismo, plataforma de apoio a AO e ato público) e as demais foram feitas buscas pelas palavras chaves: cooperapas, cooperativa agroecológica e agricultores em Parelheiros em sites de busca e selecionadas de acordo com a relevância.

Entrevistas semiestruturadas

As entrevistas individuais ocorreram entre os meses de julho e dezembro de 2014, com informantes chave, seguindo um roteiro semiestruturado. Foram considerados

informantes chave, pessoas que representavam as instituições envolvidas na pesquisa e que possuíam algum contato com a experiência de agricultura agroecológica. Documentos analisados contribuíram na seleção destes informantes chave.

A técnica da entrevista individual contextualiza a lógica interna dos atores, sendo a fala, numa pesquisa qualitativa, de primordial importância, capaz de revelar valores, crenças e significados do grupo. O pesquisador ao extrair o sentido e compreender sua pesquisa, deve ultrapassar o nível descritivo de seu material empírico, ou seja, não se atrelar as falas no intuito de obter a verdade, pois a verdade só ganha sentido findado a polêmica (MINAYO, 2012).

Nesta pesquisa as entrevistas foram realizadas por meio de roteiro semiestruturado, deixando assim o entrevistador à vontade para discorrer sobre o tema em questão sem se prender somente às questões formuladas.

As entrevistas semiestruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de relatar, seu ponto de vista a partir de sua percepção sobre o tema proposto. Cabe ao pesquisador/ entrevistador, seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas assimilar conversa informal, e ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha “fugido” ao tema ou tenha dificuldades com ele. Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados. A principal vantagem da entrevista semiestruturada é que essa técnica quase sempre produz uma melhor amostra da população de interesse (BONI E QUARESMA, 2005).

Os informantes, técnicos e agricultores (20) que fizeram parte da sistematização da experiência, expressaram livremente suas percepções sobre as relações entre o sistema agroalimentar e a saúde; sobre agroecologia e promoção da saúde; e, por fim, deram suas opiniões sobre a relevância das ações da cooperativa.

Oficina Socioeducativa de Construção da linha do tempo

Nesta oficina, foi utilizada a técnica de construção da linha do tempo que consiste num método de diagnóstico participativo, na qual os participantes envolvidos descrevem sua trajetória ao longo dos anos. Esta técnica ajuda a “puxar na memória” dos participantes os eventos vividos, seus erros e acertos no decorrer da experiência a ser sistematizada.

Com a construção da linha do tempo os eventos mais importantes são listados de forma cronológica, recuperando de forma histórica todo o processo. Com a linha do tempo é possível homogeneizar, promover e qualificar a participação individual dos agricultores, sendo que isoladamente seria impossível a memorização de todos os eventos ocorridos (SOUZA, 2006b). Em grupo a reflexão sobre as informações obtidas gerou uma cumplicidade entre os participantes, favorecendo toda a construção do conhecimento sistematizado. Desta maneira, HOLLIDAY (2006) afirma que a reconstrução histórica do processo é uma peça fundamental para definir o eixo da sistematização e orientar quais os componentes que deverão ser estudados.

No caso desta oficina de sistematização sua importância se deu para resgatar a história da formação da cooperativa e envolvimento dos atores participantes, sendo eles seis cooperados (4 mulheres e 2 homens) que se dispuseram a participar, propiciando identificar pontos de mudança na vida cotidiana dos envolvidos ao longo da trajetória da cooperativa e os desafios e dificuldades enfrentadas e obter informações acerca do que move os atores num processo de governança.

Aspectos éticos da pesquisa

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

Todos os participantes receberam instruções sobre a pesquisa. Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndices A e B) foram utilizados para a anuência de participação dos sujeitos envolvidos.

A participação foi voluntária e respeitou os critérios éticos propostos pela Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, que dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras da pesquisa envolvendo seres humanos.

CAPÍTULO 3 – Análise e discussão dos resultados

A experiência sistematizada

Conforme brevemente mencionado, a sistematização de experiência da CooperAPAs foi realizada em três etapas: a primeira consistiu em uma análise documental; a segunda pela realização de entrevistas; e a terceira pelo desenvolvimento de uma oficina, viabilizando, assim, a reconstrução de sua trajetória, incluindo as fases de formação, implantação e desenvolvimento de ações.

A utilização e análise combinada destes instrumentos de pesquisa e intervenção (no caso da oficina) contribuíram para o reconhecimento de representações, interesses e dificuldades de sujeitos envolvidos em alguma(s) fase(s) dessa trajetória da CooperAPAs (agricultores e técnicos de diversos setores), bem como para fomentar nos participantes reflexões e aprendizagem críticas sobre o processo vivenciado, conforme premissas da metodologia de sistematização de experiências. A seguir serão apresentados e discutidos resultados obtidos com a aplicação destes três instrumentos (análise documental, entrevistas e oficina) e de sua análise combinada, como recomenda o método da sistematização de experiências.

Análise documental

Na análise documental foram investigados diversos documentos, conforme Quadro 3, a seguir:

Quadro 3. Documentos analisados sistematização de experiências da CooperAPAs. São Paulo, 2015.

Relatórios de instituições que atuaram na região entre 2009 e 2014
1) Relatório final de atividades do projeto “Educação Ambiental para Incentivar a Agricultura Orgânica nas APAs Bororé-Colônia e Capivari-Monos” em junho de 2009 – Disponível em: < http://www.5elementos.org.br/site/index.php/programas/programa-espaco-educadores/agricultura-organica-nas-apas-2/ > Acesso em: 23.11.2013
2) Relatório final de atividades do projeto “Educação Ambiental para Incentivar a Agricultura Orgânica nas APAs Bororé-Colônia e Capivari-Monos” em agosto/2013 Disponível em: < http://5elementos.org.br/site/wp-content/uploads/2013/09/relatorio_apas_v1.pdf > Acesso em: 23.11.2013
3) Relato da mesa redonda “Que agricultura queremos para a cidade de São Paulo?” com a presença de agricultores, Associação de Agricultura Orgânica (AAO) e representantes do poder público, ocorrida no dia 2 de março de 2012 – Disponível em: < http://aao.org.br/aao/pdfs/sustentabilidade/relato-e-encaminhamentos-mesa-redonda-que-agricultura-queremos-marco2012.pdf > Acesso em: 16.11.2013
4) Plataforma de apoio à agricultura orgânica na cidade de São Paulo. Disponível em: < http://www.5elementos.org.br/5elementos/files/pdf/downloads/Plataforma_Agricultura_Organica.pdf > Acesso em: 19.12.2013
Atas disponíveis de reuniões da CooperAPAs entre os anos de 2011 a 2014
1) Ata da Assembléia Geral de Constituição realizada em 09/06/2011
2) Ata da reunião do conselho administrativo da CooperAPAs realizada em 22/11/2012
3) Ata de reunião ordinária do dia 23/07/2013
4) Ata de reunião ordinária do dia 28/01/2014
Notícias publicadas na mídia no período de 2011 a 2014
1) Agricultores da Zona Sul de São Paulo iniciam Projeto para Fortalecer Produção Orgânica, em 28/06/2012 http://www.baruerinaweb.com.br/agricultores-da-zona-sul-de-sao-paulo-iniciam-projeto-para-fortalecer-producao-organica
2) Agroecologia, floresta e cachoeira em plena capital, em 29/08/2012. Disponível em: http://www.estadao.com.br/noticias/geral,agroecologia-floresta-e-cachoeira-em-plena-capital-imp-923066
3) Guia “Ecoturismo e Agroecologia no Extremo Sul de São Paulo”. http://www.cidadedesapaulo.com/sp/images/pdf/roteirostematicos/guiasite.pdf
4) Agricultores pedem retorno da zona rural de São Paulo em ato. Em 11/março/2014 (entrevista cedida pela pesquisadora). Disponível em:

http://cidadeaberta.org.br/agricultores-organicos-pedem-volta-da-zona-rural-de-sao-paulo/ .
5) Produzido em São Paulo - Vídeo enviado por instituto 5 elementos. Em 14/10/ 2013 - https://www.youtube.com/watch?v=h9XUU_yj7v4
6) Vereadores buscam desenvolvimento econômico para Parelheiros. Camara Municipal de São Paulo 09/12/2013 http://www.camara.sp.gov.br/blog/vereadores-buscam-desenvolvimento-economico-para-parelheiros/
7) ITCP qualifica agricultores familiares em Parelheiros. Publicado em 7/janeiro/2010. Editoria: Meio ambiente por Olavo Soares, do USP Online. Agência USP de Notícias Disponível em: http://www.usp.br/agen/?p=15295

A análise destes documentos, somada a experiência vivenciada pela pesquisadora em reuniões e eventos da cooperativa, contribuiu para a contextualização do processo de formação da CooperAPAS e para identificar os atores mais atuantes (informantes chave), os quais foram selecionados para as entrevistas.

Contextualização

A agricultura pode vir a ser uma importante forma de se evitar ocupações irregulares em áreas periurbanas, mas devido à maneira como, atualmente, vem sendo praticada por agricultores na região de Parelheiros, por meio do manejo convencional e hidroponia (90%), em uma área de mananciais, esta ação representa também uma fonte de degradação ambiental pela poluição do solo e das águas. O que se traduz na urgência de se implantarem programas focados na conversão dos agricultores em orgânicos (RAMOS et al., 2014).

A Prefeitura de São Paulo tem realizado esforços para incentivar a agricultura sustentável no local, por meio de algumas políticas públicas criadas para incentivar a difusão do sistema de produção agroecológico em São Paulo, como o PROAURP¹⁰ -

¹⁰ *Programa de Agricultura Urbana e Periurbana (PROAURP) criado pela Lei 13.727/04 e regulamentado através do Decreto 51.801/10. O PROAURP nasceu com o objetivo de incentivar e apoiar tecnicamente a produção agroecológica e a comercialização local envolvendo um amplo segmento da sociedade: agricultores, escolas, unidades de saúde,*

Programa de Agricultura Urbana e Periurbana do Município, em 2004, e a Casa de Agricultura Ecológica de Parelheiros - CAE, em 2006.

Por meio do FEMA¹¹ – Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, projetos de diversas instituições para incentivar a agricultura orgânica continuam sendo propostos. O FEMA tem apoiado projetos voltados ao uso sustentável dos recursos naturais, manutenção, melhoria e/ou recuperação da qualidade ambiental, pesquisa e atividades ambientais de controle, fiscalização e defesa do meio ambiente (RAMOS e OLIVEIRA, 2012).

No momento de sua criação, em 2006, a CAE contava apenas com um agrônomo que trabalhava numa pequena sala. Em 2010, a CAE, saiu da gestão da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) e passou a ser administrada pela Supervisão Geral de Abastecimento (ABAST) e hoje conta com um corpo técnico de quatro agrônomos e edifício próprio construído dentro da Subprefeitura de Parelheiros. Atualmente a ABAST foi incorporada pela Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (SDTE).

Em setembro de 2010, foi criado o Protocolo de Boas Práticas Agroambientais¹², uma parceria do Governo do Estado de São Paulo e Prefeitura de São Paulo no qual, um pequeno grupo de agricultores, com assistência técnica da CAE, se comprometeram a realizar a conversão agroecológica em um período de até 4 anos. Neste protocolo a condição inicial é eliminar o uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos na propriedade,

núcleos comunitários, organizações não governamentais, instituições de assistência social, entre outros (RAMOS et al, 2014).

¹¹ *Iniciativa da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente do município de São Paulo que apoia financeiramente iniciativas voltadas para o uso racional e sustentável de recursos naturais, além de ações de controle, fiscalização, defesa, recuperação do meio ambiente e ações de educação ambiental (SVMA, 2013b).*

¹² *Programa Agricultura Limpa - Desenvolvimento Rural Sustentável e, também, o Selo de Indicação de Procedência Guarapiranga criados em 2010 com a aprovação da Portaria nº 001/SMSP/ABAST/2010, fruto da parceria entre a Prefeitura e as Secretarias do Meio Ambiente e Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, criando o, normatizando e incentivando o uso sustentável do solo para a atividade agrícola. O programa possui a expectativa de obter a adesão dos produtores ao Protocolo de Boas Práticas Agroambientais com a adoção da agroecologia como ferramenta de desenvolvimento sustentável para os sete municípios da Bacia da Guarapiranga, na Região Metropolitana de SP (RAMOS et al., 2014).*

além de uma série de outras adequações como exemplo: reflorestar áreas degradadas, manter filho na escola, utilizar fossa séptica, cuidar do entorno de rios e nascentes, etc.

A partir da assinatura do Protocolo de Boas Práticas, os agricultores puderam comercializar em Feiras de Agricultura Limpa na cidade, que foram criadas no intuito de garantir o acesso ao mercado, sendo elas em locais estratégicos como, por exemplo, no Parque Burle Marx, criada em outubro de 2011, no Modelódromo do Ibirapuera, criada em novembro de 2012 e em São Mateus (essa específica para produtores da Zona Leste). A adoção ao protocolo de boas práticas agrícolas pelo agricultores, permite um acesso aos mercados e feiras e melhora a gestão das produções agrícolas, resultando em um positivo aumento da qualidade do produto, do ambiente, da renda e saúde do agricultor. Nestas feiras de agricultura limpa, os produtores que aderiram ao protocolo, encontram-se ainda em conversão para agricultura orgânica, ainda não possuem a certificação orgânica, mas recebem o acompanhamento de técnicos da CAE e já eliminaram o uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos, podendo vender seus produtos com preço diferenciado. As feiras são muito importantes para agricultores em conversão agroecológica, pois possibilitam o acesso dos produtores a um mercado diferenciado no momento mais delicado, que é justamente o processo de conversão.

No esforço de aumentar a produção e organizar os agricultores em processo de conversão, várias iniciativas intervieram na região, em auxílio ao poder público, fomentados por editais de apoio a esta transição agroecológica. Como resultado, em julho de 2011, foi criada a CooperAPAs, composta atualmente por 34 (27 atuantes) agricultores da região, a maioria deles já participaram de projetos de Organizações Não Governamentais (ONGs) e reúne desde produtores orgânicos certificados e em processo de conversão, e também convencionais.

RAMOS et al. (2014, p.115) citam que:

Outros mecanismos destinados a promover a agricultura orgânica e agroecológica em São Paulo foram as parcerias com núcleos e departamentos das Universidades. Uma importante ação formativa de agricultores e técnicos decorreu com o programa de extensão universitária na região sul (Parelheiros), coordenados pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP (ITCP-USP). Desde 2006, o ITCP apoiou a construção de uma rede solidária de produção e consumo de alimentos agroecológicos, e que se desenvolveu por meio

dos trabalhos com os agricultores do **Grupo Cultivar**. Uma ação com enfoque de gênero ocorreu com o projeto “Mulheres como agentes de transformação socioambiental da região de Parelheiros” realizado pela Faculdade Messiânica e recursos do CNPq, no período de 2011-2012 (Guia de formação de multiplicadores).

O Programa “Educação Ambiental para incentivar a Agricultura Orgânica nas APAS Bororé-Colônia e Capivari-Monos”, do Instituto 5 Elementos, realizado por meio de edital do FEMA, FEMA nº4/2008 em sua primeira versão realizada na região, em 2009, teve o intuito de reunir agricultores interessados numa transição agroecológica na região de Parelheiros, que aliado ao modo alternativo de produção, veio a ser um contraponto do modelo atual de produção agrícola praticado na região.

Após o encerramento deste primeiro projeto, a Associação de Agricultura Biodinâmica ¹³(ABD) executou um projeto também financiado pelo FEMA nº7/2009 n que resultou na certificação orgânica participativa de oito agricultores da região, que já haviam passado por formações em outros projetos. É nesse contexto que o segundo projeto “Educação Ambiental para incentivar a Agricultura Orgânica nas APAS Bororé-Colônia e Capivari-Monos”, aprovado no edital FEMA nº8/2010, foi realizado entre março de 2012 e junho de 2013.

Em um levantamento conjunto dos agricultores e outros moradores da região, que já participaram de projetos de ONGs que atuam na região, e pela CAE, listou cerca de 100 pessoas que já passaram por pelo menos um dos 13 projetos que já foram executados na região, sendo 11 projetos FEMA, um da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo (ITCP-USP) e um curso de olericultura orgânica do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). Nem todos os participantes são de fato agricultores muitos são sitiante que tem interesse pela agricultura, mas tem muito pouca ou alguns com nenhuma renda com a atividade (INSTITUTO 5 ELEMENTOS, 2013).

¹³ *Inspirada na Antroposofia, a instituição tem como missão gerar, desenvolver e fomentar a Agricultura Biodinâmica. Realiza atividades de consultoria priorizando a agricultura familiar e a comercialização de seus produtos. Agregou ao projeto sua ampla experiência e a reconhecida expertise técnica e científica sobre agricultura e desenvolvimento humano (ABD, 2013).*

Entrevistas

As entrevistas foram realizadas entre os meses de julho de 2014 e fevereiro de 2015, com agricultores e técnicos envolvidos na experiência de agricultura agroecológica de Parelheiros e/ou em algum momento específico da trajetória da CooperAPAs, a partir do mesmo roteiro semiestruturado de perguntas. Porém, no caso das entrevistas com os técnicos, uma das questões (n. 9) foi suprimida, por direcionar-se apenas aos cooperados.

Perfil dos agricultores

Foram entrevistados 10 agricultores, sendo 8 mulheres e 2 homens, entre 36 e 71 anos de idade. Com relação a escolaridade, todos eram alfabetizados, sendo que 2 deles cursaram o ensino superior completo (Ciências da Computação e Administração de Empresas), 4 o ensino médio completo e 4 disseram ter frequentado a escola somente até o primário, o que corresponde, atualmente, à primeira fase do ensino fundamental. Dois entrevistados ficaram constrangidos ao dizer a escolaridade.

Perfil dos técnicos

Foram entrevistados 10 técnicos, sendo 6 homens e 4 mulheres, entre 31 e 58 anos de idade. Todos eles tinham formação superior completa sendo 6 na área de ciências agrárias e ambientais (4 agrônomos, 1 engenheiro florestal e 1 gestor ambiental) e 4 na área de ciências humanas (1 sociólogo, 1 geógrafo, 1 pedagogo e 1 administrador). Quatro técnicos entrevistados tinham também cursos de pós-graduação.

Quanto à ocupação profissional, 6 técnicos atuavam no setor público, sendo 3 deles na Secretaria de Abastecimento de São Paulo (ABAST), 2 pertenciam ao quadro de agrônomos da Casa de Agricultura Ecológica de Parelheiros (CAE) e 1 trabalhava na Secretaria do Verde e Meio Ambiente do município de São Paulo (SVMA). Quatro técnicos atuavam no terceiro setor, sendo 2 no Instituto 5 Elementos, 1 no Instituto Kairós e 1 no Instituto Pedro Matajs.

Agroecologia, saúde e ambiente

Ao serem questionados sobre o **entendimento de agroecologia**, todos os entrevistados, agricultores e técnicos, afirmaram tratar-se de um sistema produtivo ecológico, sem uso de químicos e, portanto, preocupado em proteger a terra e o meio ambiente, e em promover a saúde e bem estar das pessoas.

“[] não é simplesmente só plantar, abrange mais que plantar, é uma forma de vida que envolve plantio, consciência, até mesmo a roupa que se veste e o meio que se vive” - agricultor(a).

“[] entendo que a gente tem que cuidar do meio ambiente, das águas e esgotos para não poluir as águas para manter a vegetação e os animais” - agricultor(a).

“Forma diferente de você tratar a natureza, [] produzir alimento, sem contaminar o solo [], sem destruir o meio ambiente, é trabalhar em harmonia com a terra” - agricultor(a).

“...produção de alimentos dentro de um sistema ecológico que não polua, que não contamine, que seja justo []” – técnico(a).

“...sistema produtivo que aborda de forma bastante holística a questão de produção na terra, [] engloba também outras áreas de conhecimento como economia solidária...” – técnico(a).

Dois agricultores entrevistados não souberam dizer o que entendiam por agroecologia, mas percebeu-se que, na verdade, apenas não conseguiam explicitar seu significado em palavras, já que praticavam seus princípios.

Percebe-se nas respostas uma confusão conceitual entre agroecologia e agriculturas ecológicas, dentre elas especialmente a agricultura orgânica. Segundo CAPORAL e COSTABEBER (2004), o conceito de agroecologia como um modelo de agricultura, muitas vezes vem permeado com a adoção de determinadas práticas e tecnologias agrícolas que oferecem produtos “limpos” ou “ecológicos”, ou seja, sem

agrotóxicos e produzidos respeitando o solo sem adição de insumos químicos como fertilizantes. Relevadas em segundo plano, fica claro que as dimensões sociais e ecológicas, englobadas pela agroecologia, perdem força para nichos de mercado presentes nas agriculturas ecológicas.

O setor da agricultura orgânica é o que mais cresce entre os setores alimentares, no Brasil e no mundo, o que se tornou uma grande cadeia produtiva de oportunidades gerada pelo conceito de se promover a saúde, consumindo orgânicos. O valor dos produtos orgânicos, em média 30% mais caros que os convencionais, compactuam com a ideia de que só os consome quem pode pagar esta diferença. Portanto, a apropriação do setor orgânico, destacada somente para a área da promoção de saúde como principal motivador do desenvolvimento agrícola, coloca no esquecimento dimensões importantes como fortalecimento de uma agricultura de base familiar e camponesa, valorização dos conhecimentos e culturas locais, resgate e preservação da agrobiodiversidade, dentre outras (FAO, 2003; PEREZ- CASSARINO, 2012).

Dentre os técnicos, mencionou-se ainda a agroecologia como uma ciência interdisciplinar, enfatizando-se, inclusive, a importância do resgate e da valorização de saberes tradicionais.

“[] ciência que vai além do sistema de produção de terra, bem estar produzido, questão humana e social” – técnico(a).

“[] é uma ciência que envolve vários saberes dentro dos conceitos de agricultura e aliados aos conceitos ecológicos” – técnico(a).

“Usar a floresta a favor de enriquecimento do solo produzindo alimentos diversos exige conhecimento e sabedoria por parte do agricultor” – técnico(a).

“[] modo de vida e sistema produtivo integrado a produção social: forma de produzir saúde com produção de alimento e resgate de técnicas ancestrais” – técnico(a).

As respostas agregadas pelo conhecimento técnico incorporam a dimensão dos saberes em agroecologia. O desafio encontra-se no esforço da construção de um novo conhecimento inteirando a biodiversidade ecológica e a sociocultural local, dos saberes

dos agricultores e técnicos envolvidos no processo de desenvolvimento. Compreendida dessa forma a agroecologia supera o conceito de extensão na medida em que a ação dos técnicos se dá pelo diálogo, respeito à cultura e a visão do mundo dos agricultores (FREIRE, 1983).

Mas, para que a agricultura orgânica ou agroecológica seja competitiva, ao contrário do que muitos pensam, exige tecnologia, capacitação dos recursos humanos, depende da capacidade de gestão comercial e financeira do agricultor e/ou família, já que absorve recursos financeiros consideráveis (sobretudo na fase de conversão) e utiliza-se de uma infraestrutura com gradual inovação tecnológica e especificidade para atender as exigências do mercado atual ávidos de produtos agroecológicos (BUAINAIN, 2006).

Sobre a **relação entre Saúde, Ambiente e Produção Agroecológica**, agricultores e técnicos destacaram a existência de uma conexão direta e dependente, no sentido de que a produção de alimentos sem uso de produtos químicos e, portanto, mais saudável, minimiza impactos ao ambiente e contribui para melhor qualidade de vida e saúde, individual e coletiva, ou seja, considerando produtores e consumidores.

“Completa, uma tá ligada com a outra. Se não tiver uma não tem a outra” – agricultor(a).

“A gente tem que produzir produtos orgânicos, porque não tem agrotóxico, não polui onde a gente está e isso é bom pra nossa saúde. Você mantendo o nosso ambiente limpo, a gente tem boa qualidade de vida” – agricultor(a).

“Ampla porque se a gente cuida da saúde com uma produção orgânica, tem-se mais saúde e um ambiente com água e oxigênio limpo. A relação é grande” – agricultor(a).

“A gente se sente melhor saber que produz sem contaminar o ambiente. Bom pra nossa saúde e dos outros” – agricultor(a).

“Há uma preocupação com a saúde de quem produz e de quem consome” – agricultor(a).

“Todas as ligações, porque é uma cadeia, quanto mais limpo for o ambiente, mais benefícios para o agricultor e comunidade em um ambiente mais limpo e produtos sem agrotóxico” – técnico(a).

“ Interligação, conexão total entre todos os itens colocados” – técnico(a).

“A relação é direta, se você produz de forma convencional, com agrotóxicos vai comprometer sua saúde” – técnico(a).

“O modo de você ser saudável também está condicionado com o modo que seja saudável para o ambiente como um todo” – técnico(a).

“[] o consumidor final quando ele consome um produto agroecológico, ele valoriza toda uma cadeia de proteção do meio ambiente e na promoção à saúde por meio do alimento” – técnico(a).

As respostas consideraram uma dimensão da relação agroecologia e saúde com base na perspectiva ambiental, haja posto que o equilíbrio do ambiente esteja intrinsecamente ligado ao conceito de saúde humana, e a agroecologia pode se tornar instrumento na promoção da saúde ambiental (AZEVEDO, 2004). Vários estudos corroboram com estas respostas, ou seja, que se adotando práticas orgânicas e/ou agroecológicas na produção de alimentos há uma relação positiva para o meio ambiente, citando o aumento da fertilidade do solo, da qualidade das águas, do solo e do ar, a promoção da qualidade de vida dos animais e seres humanos vivendo num ambiente isento de substâncias tóxicas (AZEVEDO e PELICIONI, 2011; AQUINO e ASSIS, 2007; BEZERRA E SCHNEIDER, 2012).

Houve destaque também à aspectos emocionais, como um possível “produto” desta relação saúde, ambiente e produção agroecológica, conforme as duas falas a seguir.

“Estão todas interligadas. Hoje em dia existe no mercado com esta história de Revolução Verde, uma imensa conspiração, produzem o alimento que produz a doença que eles produzem o medicamento, então é um ciclo vicioso. Enquanto que na agricultura agroecológica produz saúde, alegria, felicidade, amor! Você produz da forma que deve ser: sempre aquele círculo de luz ao invés do ciclo do veneno” – agricultor(a).

“Sistema único, se o ambiente não é saudável pro ser humano, vai afetá-lo de diversas maneiras tanto no aspecto físico quanto no emocional, quanto psicológico []” – técnico(a).

O mercado de produtos orgânicos é basicamente formado por consumidores que valorizam as questões ligadas à saúde e ao caráter ambiental e social. Esta conceituação ligada ao modo de vida mais natural é um dos grandes motes para a produção agroecológica ganhar força em novos mercados e relações de consumo. O desafio se situa nos termos de negociação entre produtores e o setor varejista. À medida que cresce a oferta, estimula-se o consumo, junto com as transformações nos padrões de estilo de vida, gerando uma dinâmica de fortalecimento da produção orgânica (GUIVANT, 2003).

Todos os **agricultores** se declararam **consumidores e produtores de produtos agroecológicos**, por preocupações com a saúde, prática “herdada” de família ou por compartilhar princípios da economia solidária.

“Sou consumidora e produtora, porque sei a importância que isso traz para minha saúde, para minha vida, pro meu pensamento, pra minha filosofia de vida. Quanto menos industrializados você tiver na sua mesa, você percebe a diferença no seu dia a dia” – agricultor(a).

“Nasci na agricultura e não existia outra forma. Só não consumo o que não tem no sítio como arroz, macarrão” – agricultor(a).

“Fui criada na roça e por questão de saúde” – agricultor(a).

“[] na agroecologia incentiva-se a economia solidária, nos meus arredores procuro comprar dos mais próximos, favorecer os vizinhos não desperdiçar combustível, não ir buscar longe e multiplicar a agroecologia: então comprar dos vizinhos que pensam da mesma forma esta preocupação agroecológica, de cultivo mais simples mesmo que não tenha tamanho e qualidade que as pessoas buscam, a minha família dá valor” – agricultor(a).

A proximidade entre agroecologia e economia solidária vai muito além da produção e consumo, pois envolve um novo modelo de economia e mudança de valores.

TYGEL (2003, p.18) menciona que “a questão da conscientização do consumidor aponta para a necessidade e importância de ações conjuntas, buscando ressaltar os valores éticos sociais e ambientais ligados ao ato de comprar”. O consumidor precisa assumir uma postura ativa na comercialização, assim como os produtores, para que haja um compromisso mútuo e estabeleçam-se novas formas de um comércio justo e solidário.

Quanto aos **técnicos** entrevistados, da mesma maneira, todos eles declararam-se **consumidores de produtos agroecológicos** seja por princípios, pela família, por preocupações com a saúde ou para valorizar o trabalho do agricultor. No entanto, apenas um técnico, além de consumidor, informou ser **produtor de produtos agroecológicos**.

“[] aspecto positivo para a saúde, apesar do diferencial de valores, dificultando muito o consumo de produtos agroecológicos, mas para minha família e especialmente por meus filhos. [] estímulo ao sistema de produção ambientalmente saudável, isto é: apoiar os agricultores que estão em conversão []” – técnico(a).

“ Por causa do fortalecimento da agricultura familiar, além de trazer benefícios para a saúde []” – técnico(a).

A partir dos depoimentos acima, verificou-se a valorização de aspectos emocionais na agroecologia, tais como afetividade, relação com a terra, corroborando com outros autores na afirmação da relação entre agroecologia e promoção da saúde. Esta ligação se estende aos que consomem os produtos, o que qualifica o manejo agroecológico num novo significado ao reconhecer o importante papel do agricultor (NAVOLAR et al., 2010; AZEVEDO, 2004) e reforça o elo que contribui para que todas as dimensões da agroecologia sejam compreendidas.

Depoimentos demonstraram uma mudança de postura do consumidor, refletindo em vários outros segmentos da economia, neste simples ato de comprar por “opção”, pois sendo o consumidor o articulador e protagonista destas mudanças de hábitos, aumenta de demanda pelos produtos e auxilia na formação de uma rede de pessoas mais conscientes. O movimento agroecológico é um dos ‘nós’ desta rede, que incentiva a retomada da alimentação sem pressa, de qualidade e da valorização das famílias de consumidores e

produtores orgânicos, focando no local, presente e concreto em contraposição ao global indefinido e anônimo (DAROLT, 2013).

Cooperativa Agroecológica dos Produtores Rurais e de Água Limpa de São Paulo – CooperAPAs.

A segunda parte das entrevistas tinha por objetivo reconhecer como se deu o envolvimento de agricultores e técnicos nas fases de formação, implantação e ou desenvolvimento das ações da Cooperativa, bem como aspectos que julgavam interferir positivamente e/ou negativamente nesse processo. Solicitou-se ainda a indicação de sugestões para o aprimoramento da CooperAPAs e, no caso dos agricultores cooperados, foram convidados também a refletir sobre sua participação e possíveis benefícios para eles próprios ou para a região.

Agricultores e envolvimento com a CooperAPAs

Todos agricultores entrevistados declararam que acompanhavam as atividades da Cooperativa, em reuniões ou cursos propostos, sendo que 9 deles estavam envolvidos desde a sua formação e apenas 1 a partir da fase de desenvolvimento, ou seja, mais recentemente.

Dentre os que participavam das atividades desde a formação da Cooperativa, mencionou-se tanto a importância das ONGs que atuavam na região, especialmente com cursos na área de agricultura orgânica, quanto o apoio institucional dos técnicos da Prefeitura de São Paulo, reconhecendo-se, portanto, o incentivo do terceiro setor e do setor público na formação da Cooperativa.

“Eu participava do grupo Cultivar que já vinha fazendo um trabalho de associação e como isso já estava dando certo, então surgiu a cooperativa pra se ter acesso a benefícios. E o pessoal da prefeitura achou melhor formalizar uma cooperativa” – agricultor(a).

“Eu era agricultora e aí surgiu à ideia de formarmos uma cooperativa e para a gente conseguir maiores benefícios, []. Já fazia parte do programa da 5 elementos que lançou a ideia de que com uma cooperativa seria mais fácil” – agricultor(a).

A participação de ONGs e de agricultores, por meio de suas associações e entidades representativas e, mais recentemente, do apoio de órgãos oficiais de pesquisa e extensão rural, nesse processo de transição, é fundamental para garantir sua continuidade e expansão a todos os produtores de pequena escala que desejem adotar formas mais sustentáveis de agricultura (HESPANHOL, 2008).

O cotidiano da vida nas áreas rurais possibilita a reflexão e recriação de valores sobre o que é a educação formal e não-formal. No que concerne à educação formal, exercida por meio da atividade escolar nos diversos níveis dos sistemas oficial de ensino, a grande maioria dos atores sociais das áreas rurais estão desprovidos do acesso. Sendo assim, entendemos que a educação “fora” dos espaços formais de ensino-aprendizagem são concebidas em variados espaços da vida social com diferentes componentes, metodologias e formas de ação daquela “dita” como formal.

O caráter não-formal indica que é uma atividade fora da escola e é exercida normalmente por organizações do terceiro setor, setor privado e público engajados na temática. AMANCIO, (2004 p.5) relata que:

O espaço não-formal das relações educativas toma grande proporção ao se tratar de comunidades rurais (...) que refletem a voz destas comunidades seja nas reuniões formais como associações, cooperativas, sindicatos, igrejas, entre outros, (...) por compreender quais as propostas e políticas de desenvolvimento deste setor.

Ao se estabelecer diversas práticas de produção agroecológica de sucesso, juntamente com a atuação de ONGs na área de fomento de práticas agroecológicas, a viabilidade da agroecologia como instrumento de mudança do paradigma tecnológico, atualmente presente na agricultura brasileira do enfoque agroquímico para o enfoque agroecológico, possibilitam instituir programas de desenvolvimento rural sustentável, especialmente entre pequenos agricultores familiares (ASSIS, 2006).

Além de participar das reuniões, quatro agricultores entrevistados afirmaram fazer parte do quadro administrativo da Cooperativa. Já dois agricultores, por não estarem produzindo no momento de realização dessa pesquisa, afirmaram não participar das reuniões. Outro entrevistado alegou problemas de saúde por não comparecer periodicamente às reuniões. Entretanto, todos os agricultores entrevistados continuavam como cooperados.

Sobre os **fatores que levaram esses agricultores a se envolverem na formação ou nas atividades da Cooperativa**, o aspecto econômico prevaleceu nas respostas, associadas à diversos elementos, como: dificuldades para vender seus produtos sozinhos, ou seja, sem uma figura jurídica, sem o apoio de uma cooperativa; para ter mais acesso a mercados e benefícios; o descaso do poder público; e para agregar mais valor aos seus produtos.

“Intuito de agregar mais valores para todos, sendo que os agricultores teriam mais força sendo uma figura jurídica” – agricultor(a).

“Ter ajuda para vender o que produzo. Não tenho ajuda da família” – agricultor(a).

“Descobrir a importância de se trabalhar em conjunto, porque assim você é mais forte, têm como reivindicar, exigir ser visto. Sendo que um agricultor isolado não se consegue nada disso”- agricultor(a).

Vários autores mencionam que na formação de uma cooperativa ou associações de produtores que se organizam na produção e comercialização de seus produtos, as que mais se beneficiam são as de base agroecológicas e familiares uma vez que, segundo a cartilha do agricultor familiar, a cooperativa deve caracterizar-se como um empreendimento solidário, incluindo os tradicionalmente excluídos pela economia dominante, como trabalhadores, mulheres, jovens, afrodescendentes, agricultores/as e seus familiares, e basear-se em uma prática de gestão participativa, viabilizando o escoamento da produção (LIMA e VARGAS, 2015) em torno de uma atividade econômica sustentável essencial ao desenvolvimento (SINGER, 2004).

A questão econômica também se fez presente nos **aspectos positivos** que os agricultores entrevistados consideraram como contribuintes para a formação e/ou desenvolvimento da CooperAPAs, facilitando a produção e comercialização. Também mencionaram a união e articulação dos produtores, e a possibilidade de acessar políticas públicas.

“A vantagem foi a feira, para quem está produzindo hortaliças agroecológicas, pois é difícil entrar nas feiras”- agricultor(a).

“Exatamente isso: poder produzir, facilitar para os pequenos agricultores a comercialização”- agricultor(a).

“[] para a maioria foi um meio pra abrir mais mercado e desenvolver a região”- agricultor(a).

“Saber que dá pra trabalhar em grupo, é difícil, mais dá pra mudar”- agricultor(a).

“União dos cooperados, as pessoas precisam aprender um pouco mais sobre cooperativismo”- agricultor(a).

“Formou-se mais com a vontade dos cooperados em ter uma entidade jurídica e também acessar política pública”- agricultor(a).

A produção no sistema agroecológico permite acesso a políticas públicas direcionadas a agricultura familiar, uma vez que mudanças significativas nos processos produtivos e organizacionais (BEZERRA e SCHNEIDER, 2012) favorecem o incremento e a distribuição de renda, bem como a inclusão social (ASSIS, 2006).

Como citado por WEID (2006, p. 4):

A construção das políticas para a promoção da agroecologia depende dos acúmulos alcançados por inúmeras comunidades de agricultores e agricultoras, suas organizações e entidades de apoio, tanto na formulação de propostas mais adequadas, como no desenvolvimento de capacidades próprias para influenciar diretrizes de governo.

Sendo assim, por meio do cooperativismo, podem-se alcançar políticas públicas efetivas que sejam construídas a partir da prática e não da teoria (CALDAS, 2008) a partir da articulação das decisões locais e das demandas sociais (ASSIS, 2006), abertas, flexíveis e contextualizadas a partir da realidade do produtor (BUAINAIN, 2006).

Ao serem questionados sobre os **principais entraves e/ou dificuldades** para o desenvolvimento das ações da Cooperativa, a burocracia com documentação, falta de formação e conhecimento sobre cooperativismo e o individualismo de alguns cooperados foram os aspectos mais mencionados. Um dos agricultores entrevistados mencionou a má administração, não ter sede própria e dificuldades do acesso ao seu sítio.

“[] tem muita burocracia para poder fazer acontecer []” - agricultor(a).

“Legalização da cooperativa, pois são muitas as exigências []” - agricultor(a).

“Estudar mais sobre cooperativismo” - agricultor(a).

“Cooperados que falam e não fazem. Na hora que precisa não estão juntos, sempre ocupados e sem tempo” - agricultor(a).

A visão de uma cooperativa como empresa, onde é necessária a participação de todos, para que se atinja uma viabilidade econômica, deve ser estimulada tanto no campo político como no econômico. O cooperado necessita sentir que sua participação, além da obrigatoriedade, acarretará no bom funcionamento desta “empresa”, legitimando as ações da cooperativa. Para isso, deve-se ter um claro entendimento de cooperativismo (OLIVEIRA, 2007). Este mesmo autor concluiu que a educação e o esclarecimento do que vem a ser o cooperativismo, deve ser o primeiro passo trabalhado dentro das atuais empresas cooperativas, contribuindo para uma sociedade mais igualitária, sem protecionismo ou dependência do governo.

Sobre os **benefícios para si e para a região, enquanto membro da CooperAPAS**, os agricultores entrevistados destacaram a possibilidade de se fortalecerem enquanto grupo social (de produtores agroecológicos), beneficiando a agricultura local e, conseqüentemente, contribuindo para a conservação da região.

“[] tivemos uma reunião na subprefeitura e pedimos melhorias pra arrumar as ruas porque está difícil transportar nossa produção. Se for um pedido formal da cooperativa poderia ser atendido, afinal outros cooperados também utilizam a rota. Então seria melhoria pra mim e pra região”- agricultor(a).

“Saber que tem condições de se fazer, de se trabalhar, [] e o fortalecimento da cooperativa levar a preservação da região”- agricultor(a).

“Ajudando a gente a melhorar [], se me derem condições eu vou plantar mais, vou ter um bom desempenho, assim um apoia o outro”- agricultor(a).

A articulação entre produção econômica e o viés agroecológico, fornece as diretrizes para a agricultura exercer múltiplas funções no atendimento de interesses vitais das sociedades, entre as quais a produção e a distribuição de riquezas sociais e a conservação do meio ambiente. Nesse enfoque cabe ressaltar que ao relacionar diretamente a economia com a ecologia dos agroecossistemas, o enfoque agroecológico abre perspectivas concretas para que a agricultura cumpra funções-chave na gestão sustentável dos recursos naturais, dentre as quais se destacam a conservação dos solos, a regulação dos ciclos hidrológicos locais e a mitigação do efeito estufa (PETERSEN et al, 2009).

Dentre as **sugestões dos agricultores para o aprimoramento das ações da CooperAPAS**, reconheceu-se a necessidade de investimentos em organização, comunicação e formação, especialmente sobre o tema do cooperativismo. O que condiz com a questão anterior, sobre entraves e dificuldades.

“[] trabalhar em conjunto, aprender um com o outro , que dá pra gente se aceitar, dividir, somar e levar o conhecimento principalmente da nossa região que é um local tão pobre de informação e desenvolvimento. [] leque imenso de oportunidades pra trabalhar na região, desenvolver a nossa cooperativa e a região. Desenvolver a educação dos nossos jovens na região ” – agricultor(a).

“[] acredito que a cooperativa deveria ter a união do pessoal pra levar em frente” - agricultor(a).

“Trabalhar mais o que é uma cooperativa, qual o objetivo disto e qual o ideal de cada um [] mas cada cooperativa deve ter um objetivo, porque tem que pensar num único objetivo e formar melhor as pessoas, investir mais na formação” - agricultor(a).

“Estudar mais sobre cooperativismo, saber a função de cada um e o que faz” - agricultor(a).

“Maior envolvimento dos cooperados. Correr atrás de interagir e ir atrás pra aprender” - agricultor(a).

Embora muitos cooperados manifestem interesse em aprender e compartilhar experiências convém ressaltar que nem sempre participam das formações e eventos políticos, como audiências públicas, reuniões na câmara de vereadores, dos conselhos gestores, etc. Demonstrem, muitas vezes, certa resistência para deslocarem-se de suas propriedades, por dificuldades de transporte. Porém, pelo convívio desta pesquisadora com estes agricultores e seu envolvimento nas atividades da Cooperativa, contactou-se que, mesmo quando estas condições são supridas, não há o interesse em participar e sim em “esperar acontecer”.

Técnicos e envolvimento com a CooperAPAs

Dentre os técnicos entrevistados, 3 deles mencionaram envolvimento nas fases de formação, implantação e desenvolvimento das ações, 2 somente na formação, 1 somente na implantação, 1 na implantação e desenvolvimento e 3 na fase de desenvolvimento. Todos eles declararam-se envolvidos por questões profissionais, já que no decorrer das fases mencionadas trabalhavam em órgãos que fomentaram a agricultura na região.

Ao serem questionados se continuavam envolvidos nas atividades da Cooperativa, 8 técnicos disseram que sim, participando de reuniões, cursos de capacitação e articulando políticas públicas voltadas ao fortalecimento da produção local.

“[] mostro que existem agricultores na zona sul que produzem boa parte dos alimentos que a gente consome, estimulando os consumidores e participando da articulação de políticas públicas” - técnico(a).

Sobre os **aspectos positivos** que contribuíram para a formação da CooperAPAS, assim como na interpretação dos **agricultores**, os técnicos entrevistados concordaram quanto à existência prévia de objetivos comuns entre alguns agricultores. O apoio de organizações do terceiro setor e do setor público, bem como de universidades também foi mencionada como relevante para a formação da Cooperativa, especialmente ao reforçarem a importância de uma “produção mais limpa” em áreas de mananciais. Outro aspecto citado pelos técnicos foi o grande número de produtores na região de Parelheiros, que segundo a ABAST, conta na região com 346 produtores rurais cadastrados, mas que, somente 30, estão no processo de transição agroecológica e 10 são certificados orgânicos.

“Toda a organização tem um tempo de maturação, lá atrás diversas ONGs e institutos começaram a desenvolver um trabalho na região e isso foi ajudando paulatinamente a construir uma rede de pessoas que participavam de cursos ou de projetos específicos, iniciando uma conexão que culminou quando fizemos um dos cursos de transição ecológica na região, com a formação da cooperativa” - técnico(a).

“Existência de um grupo com visão da necessidade de organização, para o desenvolvimento da agricultura da região e esta ação de união em prol de um bem comum []” - técnico(a).

Em relação aos entraves e/ou dificuldades para o desenvolvimento das ações da CooperAPAS, os técnicos entrevistados citaram: questões burocráticas com documentação; falta de organização entre os cooperados, ou seja, pouca formação em cooperativismo e noções de classe; dificuldades de comunicação e acesso a informação, por problemas com a telefonia e *internet*; conflitos de interesses entre os cooperados; e divergências na interpretação dos princípios da agroecologia e das opiniões sobre o cooperativismo.

“[] que a formação do cooperativismo estivesse mais consolidada, no sentido que todos participassem, contribuindo na questão burocrática []” - técnico(a).

“[] o tempo de amadurecimento dos próprios agricultores quanto a sua organização, se eles tivessem uma noção de classe de agricultores ou da inserção deles numa organização social mais estruturado []” - técnico(a).

Repensar relações sociais constituídas e suas estruturas organizativas, implica na participação do sujeito em seu processo histórico, com seus conhecimentos acumulados, considerando a cultura local e à base diversificada de sistemas de produção. Se o indivíduo estiver alheio ao processo de conhecimento dificilmente poderá criticar, comentar ou posicionar-se perante os acontecimentos e avanços tecnológicos. Portanto, o desafio está em se integrar esses sujeitos como atores e não espectadores desse processo de desenvolvimento sustentável, que deve incluir crescimento econômico, justiça e controle social, preservação ambiental e cultural articulada com a formação e qualificação dos agricultores, numa construção da cidadania e autonomia da agricultura familiar, uma vez que sendo uma sociedade globalizada, terá o espaço pra transformar as informações em conhecimentos e enfrentar os desafios, ameaças e aproveitar as oportunidades e benefício do coletivo. Neste contexto a educação popular, vista como uma educação comprometida e participativa torna-se um instrumento de transformação destes sujeitos, pois é feita a partir de seus conhecimentos e ensinamentos propiciados por suas palavras e temas geradores do seu cotidiano (VOLLES et al., 2011), corroborando com o processo da aprendizagem social no verdadeiro sentido do “aprender fazendo”. A promoção do aprendizado social e construção participativa de conhecimentos fortalece a capacidade local e institucional de lidar com situações complexas e incertas, características de sistemas agroecológicos (PINHEIRO e BOEF, 2005).

SCHNEIDER, (2015) cita que:

A cooperativa é uma excelente escola para a formação em prol da cidadania, pois na medida em que o associado participa razoavelmente de todas as atividades da cooperativa, reuniões, assembleias gerais e cursos de capacitação para qualificá-lo como produtor, prestador de serviços e prestamista, na medida em que aprende a falar e a escutar, mesmo as opiniões controversas, na medida ainda em que o informa sobre as complexas, contraditórias e imprevisíveis tendências do mercado, ele adquire uma complexa cultura econômica, social e administrativa. Esta cultura o ajuda não apenas para gerir bem sua cooperativa e seu patrimônio, mas também para ser um cidadão ativo, dinâmico e criativo na comunidade e no município no qual vive e atua (p. 103).

Dentre as **sugestões** dos técnicos entrevistados **para o aprimoramento das ações da CooperAPAS**, ao encontro das dificuldades relatadas, foram indicadas como ações prioritárias: resolver questões burocráticas com documentação e contratar contador, para

que a cooperativa represente os agricultores juridicamente; fortalecimento do grupo e do trabalho coletivo, traçando metas comuns; e agregar novos cooperados.

“Contratar um contador, isso seria um pré-requisito, para resolver as pendências burocráticas []” – técnico(a).

“Além da regularização da documentação, aprimorar e trabalhar a consciência de trabalho coletivo []” – técnico(a).

“[] ação que está sendo feita é colocar a documentação em dia. Todos se mobilizarem para resolver essa questão []” – técnico(a).

“Primeiro que o grupo tenha consciência do que é ser cooperado, pois não houve o processo de associação, sendo necessário o aprimoramento do aprendizado para trabalhar de forma coletiva” – técnico(a).

“[] a cooperativa precisa traçar exatamente onde quer chegar” – técnico(a).

Com base nestas representações e preocupações explicitadas pelos agricultores e técnicos entrevistados, procurou-se planejar a oficina socioeducativa com os cooperados. De acordo com HOLLIDAY (2006), a recuperação de eventos ocorridos durante um processo de diagnóstico e reflexão sobre as informações obtidas, são condições favoráveis para as próximas etapas da sistematização da experiência, sendo a reconstrução histórica do processo uma peça chave ao se definir o cerne da sistematização e orientar quais os passos a serem seguidos e melhor estudados, o que contribuiu, no caso desta pesquisa, para traçar metas futuras de modo participativo.

Oficina socioeducativa: construção da linha do tempo

Ao longo dessa pesquisa foi realizada uma oficina socioeducativa com agricultores da CooperAPAs, visando estimular a reflexão crítica, o diálogo, a troca de experiências e a negociação de possíveis conflitos de interesses, características indispensáveis para legitimar um processo participativo e de aprendizagem compartilhada.

Nesta **oficina**, por meio da **construção da linha do tempo**, os participantes foram estimulados a reconhecer dificuldades da agricultura familiar e agroecológica, responsabilidades individuais e coletivas e formas de superação.

Assim, o desenvolvimento dessa oficina contribuiu tanto para que os participantes refletissem sobre sua trajetória na CooperAPAs, como para fornecer evidências à pesquisadora, de forma combinada à análise documental e às entrevistas, para a sistematização dessa experiência até aquele momento, já que se trata de um processo dinâmico, em constante construção e reconstrução.

No dia 28 de outubro de 2014, logo após uma reunião mensal ordinária da CooperAPAs, na sede da Subprefeitura de Parelheiros, São Paulo – SP, foi realizada uma oficina socioeducativa, por meio da técnica de construção da linha do tempo. Para tal, foram pensados os seguintes objetivos:

- Promover debates sobre as dificuldades e formas de superação encontrada pelos agricultores familiares e como a agroecologia pode ser uma ferramenta importante para tal;
- Reconhecer demandas do poder público e da sociedade para o desenvolvimento de estratégias de fortalecimento da agricultura familiar.

Os debates e discussões ocorridos no decorrer dessa oficina foram registrados, sistematizados e organizados na forma de temas, gerando um documento sobre as principais questões abordadas pelos participantes, o qual foi encaminhado ao Encontro Regional da Articulação Paulista de Agroecologia, realizado no dia 13/11/2014, em Jaguariúna-SP.

A oficina contou com a mediação/facilitação dessa pesquisadora e de um gestor ambiental do Instituto 5 Elementos. Na abertura, contextualizou-se sobre o Ano Internacional da Agricultura Familiar, os encontros propostos e os objetivos esperados, além de se ressaltar a importância da participação dos agricultores naquela oficina, a qual contou também com a presença de técnicos do terceiro setor e do setor público e outros visitantes, totalizando 25 pessoas.

Havia 13 agricultores presentes, porém, apenas 6 se dispuseram a participar da construção da linha do tempo, sendo 4 mulheres e 2 homens, com idade entre 30 e 60 anos. Quanto à escolaridade destes, 4 concluíram o Ensino Fundamental, 1 concluiu o Ensino Médio e 1 possuía Ensino Superior completo (Ciência da Computação). Todos estavam envolvidos com a produção de alimentos e faziam parte da Cooperativa. Os demais agricultores contribuíram apenas no debate final, assim como os técnicos e outras pessoas presentes.

Para início da atividade foram constituídos dois grupos, onde a pesquisadora atuou como mediadora/facilitadora em um deles.

A técnica de construção da linha do tempo sobre a atuação daqueles agricultores na CooperAPAS, a fim de alcançar os objetivos previstos, buscou “localizar” os participantes e levantar informações acerca dos seguintes aspectos:

- Início da atividade como agricultor-posse da terra;
- Momento da transição agroecológica – motivos;
- Mão de obra – familiar, gênero e juventude;
- Canais de comercialização;
- Tipo de certificação (se houver);
- Principais dificuldades encontradas e superadas.

A linha do tempo foi construída em papel *kraft* para facilitar a visualização e entendimento. Os nomes apresentados a seguir são fictícios.

O Grupo 1 (representado na Figura 2) contou com a participação do Sr. José, que se declarou agricultor familiar e, juntamente com a esposa, produz cachaça e algumas hortaliças orgânicas. Veio para esta região há 35 anos, para residir na propriedade do pai que aqui se encontrava. Trabalhou com a agricultura convencional e, após conhecer o projeto “Educação Ambiental para incentivar a Agricultura Orgânica nas APAs Bororé-Colônia e Capivari-Monos”, promovido pelo Instituto 5 elementos, capacitou-se como

agricultor orgânico e fez parte do grupo que obteve a certificação orgânica pelo sistema participativo. É membro da CooperAPAs desde a sua formação e fundação, declarando-se um cooperado atuante e frequentador das reuniões.

O Sr. João trabalha sozinho e também entrega verduras e hortaliças orgânicas certificadas que produz nos mercados da região. Tem a mesma trajetória do seu amigo em relação à capacitação. Nascido na região, antes trabalhava com agricultura convencional. Também é um dos cooperados fundadores da CooperAPAs.

A Sra. Flora vem de uma família de agricultores japoneses que sempre produziu de forma “convencional”. Conheceu o método de agricultura natural¹⁴ e foi uma das pioneiras da agricultura orgânica na região, participando do primeiro projeto da Incubadora ITCP /USP. Visualizou uma nova forma de agricultura viável, participando de alguns projetos de capacitação na região. Trouxe os filhos que trabalhavam no Japão para ajudar na transição agroecológica de sua propriedade. Junto com o marido e os filhos participam de uma Organização de Controle Social (OCS) que certifica a produção como orgânica para a venda direta ao consumidor e são, também, cooperados desde a fundação da cooperativa. São agricultores familiares, muito organizados e profissionais, que tem na agricultura a principal fonte de renda. Também são os únicos a produzir morangos na região e tem obtido bons resultados com o cultivo de três variedades diferentes ao ar livre e em estufa. O maior desafio da família está em incentivar seus parentes, produtores e vizinhos, a também adotarem práticas mais adequadas e sustentáveis de manejo.

¹⁴ A Agricultura Natural, preconizada por Mokiti Okada, é definida como um sistema de exploração agrícola que se baseia no emprego de tecnologias alternativas, as quais buscam tirar o máximo de proveito da Natureza, das ações do solo, dos seres vivos, da energia solar e de recursos hídricos. As técnicas da Agricultura Natural fundamentam-se no método natural de formação do solo. Disponível em: http://www.fmo.org.br/fmo2/agricultura_natural.html

Figura 2: Linha do tempo do grupo 1. São Paulo, 2014.

No grupo 2 (representado na Figura 3) participaram três agricultoras com um histórico de forte envolvimento e atuação nas ações da Cooperativa, fazendo parte, inclusive, do quadro de direção, desde sua fundação. A Sra. Iris nasceu na região e desde criança acompanhava sua mãe na produção de alimentos “naturais”, como eram chamados os alimentos sem adição de insumos químicos (fertilizantes ou inseticidas). A atual propriedade adquirida pela mãe em 1983, não é certificada orgânica, mas tem o protocolo de Boas Práticas assinado e hoje em dia sua produção está mais direcionada a plantas ornamentais, como tuyas (árvores de natal) e buxinhos, cultivadas pelo manejo orgânico. Possui uma pequena criação de galinhas de diversas raças e iniciou junto a CAE a vitrine de frutíferas onde recebe a doação de mudas para formação de um pomar. Possui curso superior em Ciência da Computação e trabalha de modo autônomo, o que permite acompanhar intensamente as atividades da cooperativa. Participou do projeto “Educação Ambiental para incentivar a Agricultura Orgânica nas APAs Bororé-Colônia e Capivari-Monos” e capacitou-se como agricultora orgânica. É uma grande ativista pela agricultura orgânica e desenvolvimento sustentável da região, participando de diversos Conselhos como, por exemplo, o de Turismo e Segurança. Dentre suas maiores dificuldades para aumentar sua produção, citou a falta de mão-de-obra, o difícil acesso à água na sua propriedade e também a logística para comercialização.

A Sra. Rosa adquiriu uma propriedade há 15 anos na região, onde começou a adquirir conhecimentos de agricultura. Fez o primeiro curso de agricultura orgânica juntamente com alguns cooperados e logo após o de agricultura biodinâmica. Durante este tempo converteu sua produção, recebeu a certificação de sua produção de orgânicos e incentivou seu vizinho a fazer a transição. Hoje comercializa diversas verduras e legumes, faz parte da OCS, além de palestrar sobre o assunto recebendo várias turmas em sua propriedade para conhecer mais sobre consumo e produção de alimentos saudáveis. Suas maiores dificuldades são mão de obra, acesso a financiamento e comercialização.

A Sra. Margarida também herdou dos pais o conhecimento em agricultura e segue até hoje o mesmo calendário de plantio na sua horta. Cultiva hortaliças e algumas frutíferas orgânicas em uma área de 2000 m², além de criar galinhas, para produção de ovos caipiras e utilização do esterco. Faz parte da CooperAPAS desde sua fundação e assinou o Protocolo de Boas Práticas. Seu volume de produção não justifica realizar uma certificação, mesmo SPG (sistema participativo) devido ao custo anual do mesmo. Planta o suficiente para subsistência e entrega o excedente para outro produtor vender comercializar. Esteve presente em vários projetos voltados para a agricultura na região e participou do projeto “Educação Ambiental para incentivar a Agricultura Orgânica nas APAs Bororé-Colônia e Capivari-Monos”, capacitando-se como agricultora orgânica. Diz não ter nenhuma dificuldade para produzir, mas está “esperando acontecer”.

Figura 3: Linha do tempo do grupo 2. São Paulo, 2014.

Figura 4: Linha do tempo do grupo 2. São Paulo, 2014.

Constatou-se que, entre os participantes alguns desconheciam a história de vida de outros cooperados, como agricultores, como chegaram à região, o que seus pais faziam, se a tradição era de agricultura e qual sua relação com a terra, como por exemplo: há quantos anos eles trabalhavam na agricultura, o que cultivavam e se a mão de obra era familiar. Também havia dúvidas sobre a prática da agroecologia, quando se deu o

movimento de transição agroecológica e/ou para a agricultura orgânica e por que se optou em não utilizar veneno nas plantações.

Assim, a construção da linha do tempo promoveu um resgate da identidade destes agricultores. A falta de conhecimento sobre a história de vida dos cooperados causou, ao mesmo tempo, surpresa e um sentimento de valorização pelo coletivo, despertando a necessidade de ajuda mútua na caminhada pela agricultura mais limpa. Foi muito satisfatório para a pesquisadora e demais presentes observar este “descobrimento”.

Uma sistematização deve ser mais que um relato do que ocorreu. Para gerar um novo conhecimento deve incorporar uma análise crítica da experiência, por meio da apresentação de opiniões, juízos ou questionamentos sobre o que foi realizado e vivenciado (CHAVEZ-TAFUR, 2007). Essa é a base da aprendizagem social, e uma importante alternativa para a busca coletiva de soluções aos problemas e desafios enfrentados pela cooperativa.

Portanto, após a apresentação da linha do tempo dos dois grupos, os participantes foram reunidos e estimulados a refletirem e debaterem sobre as seguintes questões:

- 1) Quais as dificuldades que encontro como agricultor familiar?
- 2) Como contornar estas dificuldades?
- 3) O que falta para acessar ou melhorar a agroecologia como estratégia de desenvolvimento?

As perguntas foram lançadas, uma de cada vez, com objetivo de aprofundar as reflexões e buscar soluções de modo compartilhado. Os facilitadores cuidaram para que cada participante emitisse sua opinião, ajudando a focar os debates e, em seguida, estimulando a sistematização, na forma de frases, palavras e temas centrais, os quais foram registrados em um papel *Kraft* (Figura 3).

Em relação às dificuldades encontradas como agricultores familiares citaram: a desvalorização do agricultor, hoje não reconhecido pelo seu importante papel para a segurança alimentar da população; a dificuldade de acesso às políticas públicas, especialmente por questões de legalização fundiárias, muitos são “posseiros” e não

possuem o documento legal da terra; e o acesso limitado a financiamentos para o custeio da produção ou transição agroecológica.

Ao serem questionados sobre as formas de superar estas dificuldades, eles sugeriram: “*acabar com os agrotóxicos*” (no sentido de haver uma maior fiscalização e controle destes produtos vendidos livremente em casas agrícolas da região); receber incentivos para a produção e comercialização, por meio de créditos condizentes com a situação do agricultor local; maior proximidade com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), órgão governamental que regulariza as terras no estado; união dos produtores, para que assim se constituam efetivamente enquanto uma classe social, favorecendo o fortalecimento da Cooperativa e do grupo de Organização de Controle Social (OCS); e a criação de uma escola técnica agrícola que fomente cursos de capacitação voltados à formação de jovens e adultos interessados na agricultura.

Na última devolutiva, quando perguntados o que faltava para acessar ou melhorar a agroecologia como estratégia de desenvolvimento, mencionou-se, especialmente, a falta de maior apoio do poder público para fomentar a agroecologia na região, uma vez que não há técnicos especializados que desenvolvam um trabalho contínuo com os agricultores, causando a dependência das organizações não governamentais, que propõem projetos para a região. LIMA et al. (2015) analisando o processo de transição dos agricultores familiares no sertão de Pernambuco, constataram que as questões relacionadas à falta de crédito e incentivos para o desenvolvimento da atividade agrícola em bases ecológicas e a insuficiente oferta de serviços de assistência técnica e extensão rural constituem como os principais obstáculos para o desenvolvimento de sistemas agroecológicos, corroborando com os resultados de SIQUEIRA, (2011), no Espírito Santo com cafeicultores, que também alega que é fundamental estabelecer políticas públicas integradas, para desencadear as ações necessárias, de modo a dar condições aos agricultores para que consigam superar as dificuldades e aproveitar todo o potencial dos recursos locais.

Algumas das considerações de trabalhos indicam que apesar de agricultores familiares terem noções que parecem favoráveis às práticas agroecológicas, as motivações para a transição encontram-se pautadas nas inseguranças quanto a viabilidade

de produção e comercialização, fatores que poderiam comprometer a renda e permanência destas famílias na atividade produtiva (BASTIAN e SOGLIO, 2009; LIMA, 2013).

Houve novamente destaque para a importância da união dos produtores, por meio de associações ou cooperativas que os representem, visando à construção continuada de conhecimentos e a propagação de leis específicas para a agroecologia, promovendo ainda a extensão rural entre agricultores e universidades, para estimular processos de aprendizagem social sobre agroecologia e cooperativismo. A falta de mobilização dos membros da Cooperativa, por exemplo, na busca por eventos de capacitação e fortalecimento de suas atividades, foi considerada como condicionante das dificuldades para se “fazer” mais presentes no cenário político e para conquistar seu devido espaço. COTRIM, (2014) argumenta que a participação é a chave da mudança e autonomia de agricultores, nos caminhos da transição agroecológica, considerando que participar também é um processo gradual e de transição.

Deve-se considerar que, entre estes atores, há quem não se mobilize e também quem não queira participar. Em um estudo da não participação de organizações da sociedade civil em comitês de bacia hidrográfica, observou-se que este instrumento pode também demonstrar o fracasso do sistema em possibilitar a participação de todos, a falta de descentralização, a prevalência da influência de grupos econômicos ou ainda a resistência de movimentos sociais em legitimar as ações do Estado (EMPINOTTI, 2011).

Fica evidente que a existência de estratégias e instrumentos participativos não garante o alcance de seus objetivos, pois se trata de uma “via de mão dupla”, ou seja, conforme JACOBI et al. (2009), há diversos elementos importantes para a institucionalização da participação, como: a legitimidade e representatividade dos atores; a disponibilidade de recursos; a socialização das informações; o compromisso com empoderamento dos beneficiários; e a capacidade de negociação de conflitos.

Neste contexto, tem-se nos processos de aprendizagem social, baseados em princípios da educação popular e desenvolvidos por meio de estratégias participativas, o favorecimento para a criação de espaços de trocas e interações entre grupos que possuam objetivos comuns (JACOBI et al., 2013), sendo este um dos caminhos ao empoderamento (KLEBA e WENDAUSEN, 2009).

Figura 5: Produto final da oficina. São Paulo, 2014.

A realização desta oficina de construção da linha do tempo permitiu, de forma complementar as entrevistas, identificar representações, na forma de conhecimentos, habilidades e valores dos agricultores sobre agroecologia, bem como a forma como “interagem” com as políticas públicas, além de seus principais interesses e dificuldades, contribuindo para a sistematização da experiência da CooperAPAs.

O envolvimento direto desta pesquisadora neste processo de sistematização foi facilitado, já que a mesma participa ativamente das ações da Cooperativa e conhece todos estes problemas relatados.

Reconhece-se que, o acesso a políticas públicas, por meio de uma cooperativa, é um dos motivos prevaletentes para um indivíduo que procura vender sua produção não somente em feiras orgânicas, mas sim pelas chamadas públicas, porém a falta de incentivo para legalizar a terra e assim conseguir financiamento para produzir, torna o ciclo um processo de elos em aberto, uma vez que, não se legalizando, não se aumenta a produção por não conseguir financiamento.

Neste ciclo ainda está presente o desconhecimento das legislações e a falta de iniciativa em procurar seus direitos, tornando o agricultor refém da sua própria situação. Seu não reconhecimento e desvalorização contribuem ainda mais para a insignificância de seus méritos. Com isso, não se empoderam e não conquistam a tão sonhada autonomia, haja vista os constantes desencontros de interesses dentre os membros da própria CooperAPAs. Considera-se, dessa forma, que a sistematização dessa experiência contribuiu para importantes reflexões coletivas, reconhecimento da realidade vivenciada e pode ainda contribuir para novas discussões e enfrentamento de desafios presentes e futuros.

CAPÍTULO 4 - Considerações finais

Os resultados obtidos com a sistematização da experiência da CooperAPAs, por meio de análise documental, entrevistas e oficina, tiveram como foco a análise e a identificação coletiva das lições aprendidas sobre o processo vivido junto a cooperativa, especialmente ao se debater sobre as principais dificuldades e motivações dos atores envolvidos, na expectativa de contribuir para a sustentabilidade da mesma e facilitar os processos de transição agroecológica.

Os participantes, durante a pesquisa, puderam expressar valores, dificuldades e principais interesses. Entre os fatores de sucesso encontrados, há de se destacar a unidade e a confiança entre os membros e o aspecto cooperativo, para reforçar a necessidade de assegurar a continuidade das atividades que estão sendo realizadas pela administração, haja vista a contradição da não participação por alguns membros em processos decisórios, reuniões programadas, atos públicos e em eventos políticos. Sabe-se que a participação (ou a não participação) é influenciada por diversos aspectos, como socioculturais, ideológicos, políticos, contextuais, mas também pelo poder econômico, o que reforça a importância do cooperativismo e de ações educativas dessa natureza para integrar os cooperados com menor poder econômico de produção, de modo que se sintam parte da cooperativa e se envolvam mais ativamente. Por outro lado, pôde-se observar que a participação dos cooperados não se relaciona diretamente às conquistas alcançadas, ou seja, mesmo dentre aqueles mais ativos, o envolvimento e interesse pelo coletivo permanece. Enquanto que os mais insatisfeitos são, da mesma maneira, os menos atuantes nesse processo. Portanto, a participação é de grande relevância tanto para melhorar o desempenho da cooperativa, como também reforçar a satisfação e as conquistas.

A experiência sistematizada sinalizou para um novo caminho voltado para a participação cidadã, a partir de referenciais teóricos pautados em princípios da educação popular, da agroecologia e de metodologias participativas, refletindo criticamente e positivamente sobre representações de agroecologia, relações saúde, ambiente e políticas públicas, tanto dos técnicos, como dos agricultores envolvidos na experiência sistematizada.

De modo geral, os atores participantes reconheciam o impacto de suas ações sobre a saúde e o meio ambiente. Dentre as necessidades identificadas, destaca-se maior sensibilização e empoderamento de todos os cooperados, para que possam contribuir mais ativamente no fortalecimento da cooperativa, a fim de garantir o acesso às políticas públicas vigentes, ao mercado, à comercialização, melhorando, conseqüentemente, condições socioambientais e econômicas destes agricultores.

Para tal, recomenda-se a adoção, pela cooperativa, de estratégias socioeducativas participativas, como a Aprendizagem Social, que favoreçam o diálogo, a negociação de conflitos e a gestão compartilhada, como um novo caminho para a CooperAPAs, subsidiando, assim, um envolvimento mais ativo de seus membros. Identificar e contextualizar continuamente suas práticas, descrevendo e refletindo processos de valorização de sua identidade e interesses em torno da comercialização e da produção agrícola, possibilitará a construção de um novo modelo de governança.

Além disso, diante dos dados expostos, percebe-se que a aproximação entre produtores, técnicos e consumidores pode levar à novas formas de economia, entre elas a economia solidária, que vem ao encontro de perspectivas futuras para a CooperAPAs, na busca por produtos que tragam benefícios diretos a todos envolvidos, por meio de um comércio justo e solidário, que se reconcilie com o ambiente.

Espera-se que, a divulgação da experiência sistematizada da CooperAPAs, , junto às instituições envolvidas, por meio desta dissertação e pela publicação de artigos em periódicos, bem como pela participação desta pesquisadora em eventos científicos, políticos e sociais, possa contribuir para ampliar reflexões sobre o sistema familiar agroecológico e a qualidade de vida dos agricultores, sob a ótica do desenvolvimento rural, estimulando ainda a mobilização social e o direcionando de políticas públicas que qualifiquem e dignifiquem o reconhecimento da produção orgânica e agroecológica. Pretende-se dar continuidade a este processo de sistematização pela devolutiva dos resultados desta pesquisa aos cooperados e pelo desenvolvimento de novas oficinas socioeducativas.

REFERÊNCIAS

AQUINO, A.; ASSIS, R.L. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia. **Ambiente & Sociedade**. Campinas, v. X, n. 1, p. 137-150 jan.-jun. 2007.

ALMEIDA, J. A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 499-520, 2003. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/734>> Acesso em 15 set. 2015.

ALTIERI, M.A. Agroecology: A new research and development paradigm for the world agriculture. **Agriculture, Ecosystems and Environment**. v. 27, p. 37-46, 1989.

ALTIERI, M.A. Sustainability and the rural poor: A Latin American perspective. In: ALLEN, P. (ed.). **Food for the future**: conditions and contradictions of sustainability. New York: John Wiley & Sons, 1993.

AMÂNCIO, C. O. G. Educação popular e intervenção comunitária: contribuições para a reflexão sobre empoderamento. In: Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação, 27ª, 2004, Caxambu. Anais... Rio de Janeiro: ANPED, 2004. v.1.

ASSIS, R. L. Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. **Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, v. 10, n. 1, p. 75-89, 2006.

ASSIS, R. L.; ROMEIRO, A. R. Agroecologia e Agricultura Orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 6, p. 67-80, 2002.

ASSIS, R. L.; ROMEIRO, A. R. Agroecologia e agricultura familiar na região centro-sul do estado do Paraná. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 43, n. 1, p. 155-177, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGRICULTURA BIODINÂMICA. Botucatu, 2014. Disponível em: <<http://www.biodinamica.org.br/>> Acesso em 15 ago. 2014.

AZEVEDO, E. **As relações entre qualidade de vida e agricultura familiar orgânica**: da articulação de conceitos a um estudo exploratório. 2004. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

AZEVEDO, E.; PELICIONI, M.C.F. Promoção da saúde, sustentabilidade e agroecologia: uma discussão intersetorial. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.20, n.3, p.715-729, 2011.

BADUE, A.F. **Inserção de hortaliças e frutas orgânicas na merenda escolar**: as potencialidades da participação e as representações sociais de agricultores de Parelheiros, São Paulo. 2007. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **Campo-território**: revista de geografia agrária, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006.

BASTIAN, L.; SOGLIO, F.D. Adesão às Práticas Agroecológicas e as Motivações para a Transição Agroecológica: Noções de Agricultores Familiares de Campinhos município de Roca Sales – RS. **Rev. Bras. De Agroecologia**, v. 4, n. 2.nov. 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/27292>>. Acesso em: 25 maio 2014.

BECKER, D. et al. Empowerment e avaliação participativa em um programa de desenvolvimento local e promoção da saúde. **Ciência saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 655-667, set. 2004.

BERDEGUÉ J.A. et al. Sistematización de Experiencias Locales de Desarrollo Agrícola y Rural. **Guia Metodológica**. FIDAMERICA, Santiago, Chile, febrero, 2004.

BEZERRA, I.; SCHNEIDER, S. Produção e consumo de alimentos: o papel das políticas públicas na relação entre o plantar e o comer. **Revista Faz Ciência**, v. 14, n.19, p. 35-61 jan-jun. 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Projeto Promoção da Saúde. **As cartas da promoção da saúde**. Brasília, DF, 2002. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartas_promocao.pdf> Acesso em: 21 dez. 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Lei n. 11.105, de 24 de março de 2005.

BRASIL. Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, que cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). 1996.

BRASIL. Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007. Regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1 de 28 dez. 2007.

_____. Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

_____. Lei nº 16.140, de 17 de março de 2015. Dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão de alimentos orgânicos ou de base agroecológica na alimentação escolar no âmbito do Sistema Municipal de Ensino de São Paulo e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução nº 38, de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 jul. 2009a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): Os Alimentos da Agricultura Familiar no Combate à Fome**, Brasília, DF. 2009b. Disponível em: Acesso em: 15 janeiro 2015.

BRASIL. 2009. Ministério do Desenvolvimento Agrário Agricultura Familiar no Brasil e o Censo Agropecuário de 2006. Brasília: MDA.

BONI, V.; QUARESMA, S.J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. São Paulo: Universidade Federal de São Carlos, v. 2 nº 1 (3), jan./jul.2005. p. 68-80. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/18027/16976>>. Acesso em 25 maio 2015.

BUAINAIN, A. M. Agricultura familiar, agroecológica e desenvolvimento sustentável: questões para debate. In: SOUZA Fl. H. M. (colab). **Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 5. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) Brasília, 2006. 136p.

BUSS, P. M. Promoção da saúde e qualidade de vida. **Rev Ciência e Saúde Coletiva**. p.163-178, 2000.

CALDAS, R. W. (coord). **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2008. 48p. Disponível em: <<http://www.agenda21comperj.com.br/sites/localhost/files/MANUAL%20DE%20POLITICAS%20P%C3%9ABLICAS.pdf>> Acesso em 03 fevereiro 2014.

CANUTO, J. C. Agricultura ecológica en Brasil: perspectivas socioecológicas. 1998. Tese (Doutorado em Engenharia Agrônoma)-Instituto de Sociología y Estudios Campesinos, Escuela Superior de Ingenieros Agrónomos y Montes, Universidad de Córdoba, Espanha, Córdoba, 1998.

CAPORAL, F.R. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia **Agroecol.e Desenv.Rur.Sustent.**,Porto Alegre, v.2, n.1, jan./mar.2001.

_____. **Em defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica:** compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações. Brasília: MDA/SAF, 2008. 35p.

_____. **Agroecologia:** uma Nova Ciência para Apoiar a Transição a Agriculturas mais Sustentáveis. Brasília: MDA/SAF, 2009a. v.1. 30 p

_____ **Extensão Rural e Agroecologia:** temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível. CAPORAL, F.R. (coord). Brasília: MDA/SAF, 2009b. 398 p.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. Agroecologia: Enfoque científico e estratégico. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v.3, n.2, p 13-16 abr./junh. 2002.

CAPORAL, F.R. et al. Extensão Rural e Agroecologia: temas sobre um novo Desenvolvimento Rural Sustentável. In: CAPORAL, F.R.(coord). 1.ed. Brasília: MDA/SAF, 2009. v.1, 408 p.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004. Disponível em:< <http://frcaporal.blogspot.com.br/p/livros.html>>. Acesso em: 17 de novembro de 2014.

CAPORAL, F.R.; PETERSEN P. Agroecologia e políticas públicas na América Latina: o caso do Brasil. **Agroecología**. n.6, p 63-74, 2012.

CHAVEZ-TAFUR, J. Aprender com a prática: uma metodologia para sistematização de experiências. Brasil: AS-PTA, **Revista Agriculturas**: experiências em agroecologia, v.3, n.2, 2007.

MDA. Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica. Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO. Brasília, DF: MDS; CIAPO, 2013. 96 p.

CONSEA - CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: por um desenvolvimento sustentável com soberania e segurança alimentar e nutricional. Relatório final. Fortaleza, 2007.

COSTABEBER, J. A. Acción colectiva y procesos de transición agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil. 1998. Tese (Doutorado em Engenharia Agrônômica) Programa de Doctorado en Agroecología, Campesinado e Historia, ISEC-ETSIAN, Universidad de Córdoba, España, Córdoba 1998.

COSTABEBER, J. A. Transição Agroecológica e Ação Coletiva. In: Encontro Internacional sobre Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, 1., jul., Botucatu. Anais em CD..., v.1, 2001.

COSTABEBER, J. A. Transição agroecológica: rumo à sustentabilidade. **Agriculturas**: experiências em agroecologia. v. 3, n. 3, out, 2006.

COTRIM, D. S. O estudo da participação na interface dos atores na arena de construção do conhecimento agroecológico. **Revista Brasileira de Agroecologia**. [S.l.], v. 9, n. 2, set. 2014.

CSA Brasil. Comunidade que sustenta a agricultura. São Paulo. c2104. Disponível em: < <http://csabrasil.wordpress.com/>> Acesso em: 17 de nov. 2014.

DAROLT, M. R. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. In: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M (Org). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013. p. 139-170.

EHLERS, E. M. **O que se entende por agricultura sustentável?**.1994. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

EMBRAPA - EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Marco referencial em agroecologia. Brasília-DF, 2006.

EMPINOTTI, V. L.. E se eu não quiser participar? O caso da não participação nas eleições do comitê de bacia do rio São Francisco. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v. 14, n. 1, p. 195-211, 2011.

FAGALI, E. Q.; OLIVEIRA, M.M.V. Os desafios da aprendizagem em projetos sociais: reflexões sobre incubadoras universitárias de empreendimentos solidários com enfoque multidisciplinar. **Construção psicopedagógica**, São Paulo, v. 22, n. 23, 2014.

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. **Organic agriculture**, Rome, 2003. Disponível em <http://www.fao.org/organicag/oa-publications/pub-cat/sustainability-and-perspectives/en/>. Acesso 17 de nov. 2014.

FERNANDEZ J.C.A. et al. O método da sistematização: uma leitura crítica do processo. In: WESTPHAL, M.F., PAIS, T.D. (orgs). Capela Saudável: gestão de políticas públicas integradas e participativas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP) e FAPESP. 2006. p. 113-129.

FERNANDEZ, J.C.A. Autonomia e promoção da saúde. In: PELICIONI M.C.F.; MIALHE, F.L. (edit). **Educação e promoção da saúde: teoria e prática**. São Paulo: Santos, 2012, p. 499-512.

FINATTO, R. A.; SALAMONI, G. Agricultura familiar e agroecologia: perfil da produção de base agroecológica do município de Pelotas/RS. **Sociedade Natureza. (Online)**, Uberlândia, v. 20, n. 2, p. 199-217, dec. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-45132008000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 dec. 2014.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Joice EliasCosta. 3.ed. Porto Alegre: Artemed, 2009.

FRANTZ, W. **Associativismo, cooperativismo e economia solidária**. In: Coleção educação à distância. Série livro-texto. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012. p. 162. Disponível em: <<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/963/Associativismo,%20cooperativismo%20e%20economia%20solid%C3%A1ria.pdf?sequence=1>> Acesso em 17 jun 2015.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 93p.

GADOTTI, M. **Economia Solidária como Práxis Pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. 136p.

GUIVANT, J. S. Os supermercados na oferta de alimentos orgânicos: apelando ao estilo de vida *ego-trip*. **Ambiente & Sociedade**. vol. VI n. 2, jul./dez. 2003.

HARMONICOP, Harmonising Collaborative Plattform HarmoniCOP project Work Package 6 August 2005. Sustainability learning for River Basin Management and Planning in Europe.2005.

HESPANHOL, R. A. M. **Perspectivas da agricultura sustentável no Brasil**. Confins [Online], 2 | 2008, posto online no dia 13 Março 2008, . URL : <http://confins.revues.org/2353> ; DOI : 10.4000/confins.2353

HILMI, A. **Transição na cultura agrícola**: Uma lógica distinta. In: NAERSTAD, A. (org.) Editora: The More and Better Network, 2012. 114p.

HOLLIDAY, O.J. **Para sistematizar experiências**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB. 1996. v. 1, 213p.

HOLLIDAY, O J. La sistematización de experiencias y lascorrientesinnovadorasdelpensamientolatinoamericano—una aproximación histórica. Diálogo de saberes nº3. Caracas; 2009. p.118-129.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo 2010. Brasília; 2011. Disponível em: http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados_do_censo2010.php. Acesso em jul 2013.

INSTITUTO 5 ELEMENTOS. Relatório final de atividades do projeto. Educação Ambiental para Incentivar a Agricultura Orgânica nas APAs Bororé-Colônia e Capivari-Monos Acesso eletrônico: <http://5elementos.org.br/site/wp-content/uploads/2013/02/relatorio2011.pdf>

_____. Plataforma de apoio a agricultura orgânica na cidade de são paulo, novembro de 2012. Acesso em abril/2013. <http://aao.org.br/aao/pdfs/sustentabilidade/texto-da-plataforma-agricultura-organica-versao-fina-%202013.pdf>.

JACOBI, P. R. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n.118, p. 189-205, mar. 2003.

JACOBI, P. R. Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 233-250, 2005.

JACOBI, P. R. Governança ambiental, participação social e educação para a sustentabilidade. In: PHILIPPI, A. (Orgs). **Gestão da Natureza Pública e Sustentabilidade**. São Paulo: Editora Manole, 2012. p. 343-361.

JACOBI, P.R. et al. A função social da educação ambiental nas práticas colaborativas: participação e engajamento. **Caderno Cedes**. Campinas, vol. 29, n. 77, p. 63-79, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 26 setembro 2015.

JACOBI, P.R. et al. **Aprendizagem social e unidades de conservação**: aprender juntos para cuidar dos recursos naturais. In: JACOBI, P.R (coord.), XAVIER, L.Y. E MISATO, M.T. (coord. edit.). São Paulo: IEE/PROCAM, 2013. 94p.

JODELET D. Représentations sociales: un domaine en expansion. In: Jodelet, D. editora. Les représentations sociales. Paris: PUF, 1989, p.31-36.

KHATOUNIAN, C. A. **A reconstrução ecológica da agricultura**. Botucatu: Editora Agroecológica, 2001. 345p.

KLEBA, M. E.; WENDAUSEN, A. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. **Saúde Sociedade**. São Paulo, v.18, n.4, p.733-743, 2009.

LACEY H. Sistemas alimentar e agrícola para o futuro: ciência, emancipação e florescimento humano. **Revista Ciência e Tecnologia Social**. vol.2, n.1, p.61, dez. 2015.

LAYRARGUES, P.P. A resolução de problemas ambientais locais deve ser um tema-gerador ou a atividade-fim da Educação Ambiental? In: REIGOTA M. (org.). **Verde Cotidiano**: o meio ambiente em discussão. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 131-148.

LIMA, G. C. O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. **Ambiente e sociedade**. Campinas, v. 6, n. 2, p. 99-119, dec. 2003.

LIMA, R. G. Possibilidades e dificuldades da transição agroambiental na fumicultura gaúcha. **Enciclopédia Biosfera**, Centro Científico Conhecer. Goiânia, v.9, n.16, 2013.

LIMA F. A. X.; VARGAS; L. P. Alternativas socioeconômicas para os agricultores familiares: o papel de uma associação agroecológica. **Revista Ceres**, Viçosa, v. 62, n.2, p. 159-166, mar-abr, 2015.

LIMA, F. A. X.; PIRES, M. L. L. S., VARGAS, L. P. Do Convencional ao Agroecológico: a experiência de Santa Cruz da Baixa Verde - Sertão de Pernambuco. **Revista Brasileira de Agroecologia**. [S.l.], v. 9, n. 3, fev. 2015.

LOPES, A. R. S. A primavera silenciosa que sacudiu as próximas estações. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 18, n. 25, p. 316-319, ago. 2011.

MARCOS, V. Agroecologia e campesinato: uma nova lógica para a agricultura do futuro. **Agrária**, São Paulo, n. 7, p. 182-210, 2007.

MARCATTO, C. Agricultura sustentável: conceitos e princípios. **Rede Ambiente**, 2002. Disponível em http://www.redeambiente.org.br/Artigos.asp?id_dir=6 .2010. Acesso em: 27 nov 2014.

MESQUITA R. A. S.; COSTA, R.P. **Sustentabilidade de uma rede de pequenos produtores agroecológicos**: o papel da engenharia de produção. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 30, 2010. Maturidade e desafios da Engenharia de Produção: competitividade das empresas, condições de trabalho, meio ambiente. São Carlos, 2010.

MALAGA, H.; RAMIREZ, M. L.C. Cómo empoderar a los excluídos em el nivel local / How to empowerment to exclude in the local level. In: RESTREPO, H. E.; MALAGA, H. Promoción de La salud: cómo construir vida saludable. Bogotá, D.C, Editorial Medica Panamericana, 2001. p.120-37.

MARÍN, J.O.B. Agricultores familiares e os desafios da transição agroecológica **Revista UFG**. Goiás, ano XI, n. 7, p. 38-45. dez., 2009.

MARÍN, D.B. El empoderamiento de los grupos vulnerables como estrategia para la defensa de sus derechos políticos, económicos y sociales. In: XVII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública. Cartagena, Colômbia, 2012.

MATUK, T.M. **Práticas alimentares (in)sustentáveis: participação, promoção da saúde e educação ambiental**. 2015. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MAZOYER, M.; ROUDAR, L. **A história das agriculturas no mundo**: do neolítico a crise contemporânea. São Paulo: Editora UNESP. 2010. 568p

MEDEIROS, C. A. B. **Transição agroecológica**: construção participativa do conhecimento para a sustentabilidade. In: MEDEIROS, C. A. B.; CARVALHO, F.L.C.; STRASSBURGER, A.S. (Edit). Brasília, DF: Embrapa, 2011. p. 295 Disponível em: <<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/>> Acesso em 23 ago 2015.

MENDES, R. et al . Promoção da saúde e redes de lideranças. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 209-226, 2013.

MIKETEN, S. **Agricultura e conservação ambiental: o caso da APA Bororé- Colônia no município de São Paulo**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - Programa de Ciência Ambiental. IEE/PROCAM. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec/ ABRASCO, 1992.

MINAYO, M.C.S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 17, n.3, p. 621-626, 2012.

MOREIRA, R. M. **Transição agroecológica**: conceitos, bases sociais e a localidade de Botucatu/SP. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola). Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola. Universidade Estadual de Campinas, 2003.

MONTEIRO, F. **Para além da participação: aprendizagem social na gestão de recursos hídricos**. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental). São Paulo, Instituto de Energia e Ambiente, Universidade de São Paulo, 2009.

MOSCOVICI S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 291p.

NAVOLAR, T.S.; RIGON, S.A.; PHILIPPI, J.M.S. Diálogo entre agroecologia e promoção da saúde. **RBPS**, Fortaleza, v. 23, n. 1, p.69-79, jan./mar. 2010.

NIEDERLE P. A. e ALMEIDA, L. A nova arquitetura dos mercados para produtos orgânicos: o debate da convencionalização. In: NIEDERLE, P. A., ALMEIDA, L., VEZZANI, F. M. (orgs). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013. 393 p.

NOGUEIRA-MARTINS, M.C.F. e BÓGUS C.M. Considerações sobre a metodologia qualitativa como recurso para o estudo das ações de humanização em saúde. **Saúde e Sociedade**. v.13, n.3, p.44-57, set./dez. 2004.

OLIVEIRA JR. P.H.B., **Notas sobre a história da agricultura através do tempo**. Fase, Rio de Janeiro, p. 72. 1989.

OLIVEIRA, J.R. **O comprometimento do cooperado com a cooperativa**. 2007. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Santa Maria/RS: Universidade Federal de Santa Maria, 2007.

PEREZ-CASSARINO, J. **A construção social de mecanismos alternativos de mercados no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia**. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2012.

PETERSEN, P. **Construção do conhecimento agroecológico: Novos Papéis, Novas identidades**. In: PETERSEN, P.; DIAS, A. (orgs). Cadernos do II Encontro Nacional de Agroecologia. Junho, 2007. 287p. Articulação Nacional Agroecologia. ANA. Disponível em: <<http://www.iieb.org.br/index.php/publicacoes/livros/construcao-do-conhecimento-agroecologico-novos-papeis-novas/>> Acesso em 30 de novembro de 2014.

PETERSEN, P.; DAL SÓGLIO, F., CAPORAL, F.R. A construção de uma ciência a serviço do campesinato: trajetória, desafios e perspectivas da Agroecologia nas instituições científico-acadêmicas Brasileiras. In: PETERSEN P., (org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA. 2009. p. 85-103.

PINHEIRO, S. L. G.; BOEF, W. S. A construção social de conhecimentos e a Agroecologia: Uma abordagem sistêmica e participativa oportunizando mudar da pesquisa “para” em direção a pesquisa “com” comunidades rurais In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 3., 2005, Resumo em Anais de Congresso Florianópolis. Anais... Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2005. p.4

RAMOS, S.F.; OLIVEIRA Jr, C.J.F. Ano Internacional do Cooperativismo: as organizações sociais de agricultores familiares na RMSP. São Paulo: **Análises e Indicadores do Agronegócio**. Instituto de Economia Agrícola. v. 7, n. 6, jun., 2012.

RAMOS, S.F.; OLIVEIRA JR., C. F.; GABANYI, S. Agricultura em São Paulo: A importância do engajamento popular para transformação social e ambiental. Instituto de Economia Agrícola/IEA. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.muda.org.br/wp-content/uploads/2014/12/Agricultura-em-S%C3%A3o-Paulo.pdf>. Acesso em 21 jun. 2015.

RAMOS, S.F.; OLIVEIRA JR., C. F.; GABANYI Agricultura urbana e periurbana no Brasil: as múltiplas experiências no município de São Paulo. In: Memórias del v congresso latinoamericano de agroecología. La Plata, Argentina. 2015.

RIBEIRO, S. M. et al. Agricultura urbana agroecológica na perspectiva da promoção da saúde Saúde Soc. São Paulo, v.24, n.2, p.730-743, 2015.

RIBEIRO, S.M. et al. Agricultura urbana agroecológica- estratégia de promoção da saúde e segurança alimentar e nutricional. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**. Fortaleza, v. 25, n. 3. 2012.

RIBEIRO, S.M. Segurança alimentar e nutricional. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**. 25(3): 381-388, jul./set., 2012.

RIBEIRO, S.M. Agricultura urbana agroecológica sob o olhar da Promoção da Saúde: a experiência do Projeto Colhendo Sustentabilidade - Embu das Artes- SP. [dissertação de mestrado]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP. 2013

RIGON, S.M. et al. Soberania e segurança alimentar na construção da agroecologia: sistematização de experiências. In: RIGON, S.M. et al. (orgs). Grupo de Trabalho em Soberania e Segurança Alimentar da Articulação Nacional de Agroecologia - GT SSA/ANA. - 1.ed. - Rio de Janeiro: FASE, 2010.

SANCHES, C. A. **A contribuição da sistematização de experiências para o fortalecimento do campo agroecológico e da agricultura familiar no Brasil**. 2011. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento rural). Araras, Universidade Federal de São Carlos, 2011.

SAUER, S.; BALESTRO M.V. (orgs.). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Editora: Expressão Popular, 2009. 328 p.

SCHMITT, C.J. **Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira**. In: SAUER, Sérgio e BALESTRO, Moisés (org.) Agroecologia e os desafios da transição ecológica, Editora: Expressão Popular, 2009. 328p.

SCHNEIDER, J.O. Cooperativismo e desenvolvimento sustentável. Otra Economia. vol. 9, n. 16, p.94-104, 2015.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE e RECURSOS HÍDRICOS DO PARANÁ,
Disponível em:
http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/pncpr/O_que_sao_PoliticPolitic asP.pdf. Acesso em ago/2013.

SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE (SVMA),
Disponível em:
<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/confema/index.php?p=3299>. Acesso em set./2013a.

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/unid_de_conconser va/index.php?p=41961>. Acesso em set./2013b.

SEVILLA GUZMAN, E. De la sociología rural e la Agroecología. **Perspectivas Agroecológicas**, Barcelona, v. 1, p. 198-208, 2006.

SEVILLA GUZMAN, E. La participación en la construcción histórica latinoamericana de la Agroecología y sus niveles de territorialidad. **Política y Sociedad**. Norteamérica, 52, may. 2015.

SIQUEIRA, H. M. **Transição agroecológica e sustentabilidade socioeconômica dos Agricultores familiares do território do Caparaó: o caso da cafeicultura**. 2011. Tese (Doutorado em Produção Vegetal) - Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campo dos Goytacazes/ Rio de Janeiro, 2011.

SINGER, P. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 18, n. 51, p. 7-22, aug. 2004.

SILVA, A.F. **O enfoque da promoção da saúde nos projetos de extensão universitária na área da saúde**. 2011. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEMPLA).
http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/subprefeituras/dados_demograficos/index.php?p=12758

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/parelheiros/historico/index.php?p=411>. Acesso em abril/2013.

SILVA, A.F. **O enfoque da promoção da saúde nos projetos de extensão universitária na área da saúde**. 2011. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SILVA, P.V. et al. Programa agricultura limpa. Periódico Eletrônico. **Fórum Ambiental da Alta Paulista**, [S.l.], v. 7, n. 4, nov. 2011. Disponível em:
<http://www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/forum_ambiental/article/view/143/144>. Acesso em: 10 jan. 2014.

SORRENTINO, M. et al. Educação ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n.16, p. 20-45, jul./dez. 2006a.

SOUZA, H. N. **Sistematização da experiência participativa com sistemas agroflorestais**: rumo à sustentabilidade da agricultura familiar na Zona da Mata mineira. 2006. Dissertação (Mestrado em Solos e Nutrição de Plantas) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2006b.

SOUZA, F. C. S. Repensando a agricultura: o enfoque da sustentabilidade como padrão alternativo à agricultura moderna. **HOLOS**, [S.l.], v. 2, dez. 2007. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/30>>. Acesso em 30 de março de 2015.

SOUZA, M. C. M. et al., Ações para o Desenvolvimento da Agricultura Orgânica em São Paulo. In: SOUZA, M. C. M. et al.(orgs). Rio de Janeiro: Sociedade Nacional de Agricultura; Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; Centro de Inteligência em Orgânicos, (Série Estratégias). 2013. 76 p. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/livro-organico.pdf>> Acesso em 30 de março de 2015.

SOUZA, M. C. M; RAMOS, S. F.; MONTEIRO, A. V. M. V. Transformações recentes da agricultura orgânica em São Paulo. São Paulo, IEA, **Revista Eletrônica Análise e Indicadores do Agronegócio**, v. 8, n. 6, jun. 2013.

SOUZA, T. J. M. **A construção do conhecimento agroecológico através da utilização de ferramentas participativas no projeto “Assentamentos Sustentáveis” nas regiões de Ribeirão Preto e Itapeva**. 2012. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de São Carlos, São Paulo, 2012.

TEIXEIRA, E.C. Políticas Públicas - O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade. Salvador: AATR; 2002. Disponível em: <<http://www.aatr.org.br/papelpp.pdf>> Acesso em 16 de novembro de 2014.

THIOLLENT, M.J.M.; TOLEDO, R.F. Participatory methodology and action research in the area of health. *International Journal of Action Research*. v.8 n. 2, 2012.

TOLEDO, R. F. ; GIATTI, L.L.; JACOBI, P. R. A pesquisa-ação em estudos interdisciplinares: análise de critérios que só a prática pode revelar. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 18, n. 51, p. 633-646, dez. 2014.

TYGEL, D. Levantamento inicial de entidades que trabalham com a comercialização ou consumo de produtos agroecológicos no Brasil. In: GROSSO P., TELES M. (coords). Em busca de iniciativas dentro da perspectiva da Economia Solidária. Caldas/MG, novembro de 2003.

VENDROLUSCO, A. E. P. et al. O papel da educação ambiental na promoção da saúde na comunidade de três rios do norte. revista saúde e ambiente/ **Health and Environment Journal** v.2 n1/2, nov. 2001.

VOLLES, A. et al., Conhecimento: elemento de reflexão para inclusão e transformação social. In: Ensaios do Cooperativismo Solidário. In: VOLLES, A. et al (orgs). Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário (INFOCOS). Francisco Beltrão/PR. 2011.

WEID, J. M. V. D. Construindo políticas públicas em apoio à agroecologia. **Revista Agriculturas**. Rio de Janeiro, v. 3, n.1, abril. 2006.

WEID, J. M. V.D. **Um novo lugar para a agricultura**. In: PETERSEN, P. (org). Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA, p. 47 – 66. 2009.

WESTPHAL, M.F. O Movimento Cidades/Municípios Saudáveis: um compromisso com a qualidade de vida. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 39-51, 2000. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232000000100005&lng=en&nrm=iso> Acesso em 22 de março de 2014.

ZITZKE, V.A. Métodos participativos e desenvolvimento rural em reassentamentos involuntários. NEMAD – Núcleo de Educação, Meio-Ambiente e Desenvolvimento. **Interface**, Porto Nacional, n. 4, maio. 2012.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM INFORMANTES-CHAVE

Nome:

Escolaridade:

Ocupação atual:

Idade:

Parte 1. Agroecologia, saúde e ambiente

1. O que Sr (a) entende sobre agroecologia?
2. Em sua opinião, quais as relações existentes entre saúde, ambiente e produção agroecológica?
3. O Sr. (a) é consumidor de produtos agroecológicos?
☐ não.
☐ sim. Por quê?
4. O Sr. (a) é produtor de produtos agroecológicos?
☐ não.
☐ sim. Por quê

Parte 2. Cooperativa Agroecológica dos Produtores Rurais e de Água Limpa de São Paulo (CooperAPAS), Parelheiros, município de São Paulo.

5. O Sr.(a) teve ou tem algum envolvimento com a CooperAPAS?
☐ não
☐ sim. Em que fase (s)?
☐ formação ☐ implantação ☐ desenvolvimento
- 5.1. Como se deu seu envolvimento?
- 5.2. O Sr. (a) continua envolvido (a) nas atividades da CooperAPAS?
☐ não.
☐ sim. Como?
6. Comente sobre os fatores que o levaram (ou a sua instituição) se envolver na formação da CooperAPAS.

7. Em sua opinião, quais aspectos positivos contribuíram para a formação da CooperAPAS e/ou para o seu desenvolvimento?
8. Em sua opinião, quais principais entraves e/ou dificuldades para o desenvolvimento das ações da CooperAPAS?
9. O Sr. (a) considera que sua participação como cooperado pode trazer algum benefício para você e/ou para a região?
- () não.
- () sim. De que forma?
10. O Sr. (a) tem alguma sugestão para o aprimoramento das ações da CooperAPAS?
- () não
- () sim. Quais?

APÊNDICE B

Termos de Consentimento Livre e Esclarecido para informantes chave

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE SAÚDE AMBIENTAL

Av. Dr. Arnaldo, 715 - CEP 01246-904 - São Paulo - Brasil

Telefone: (11) 3061-7712 / Fax: (11) 3061-7732

I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO DA PESQUISA

Nome: _____

Endereço: _____ Bairro: _____

CEP: _____ Telefone: (11) _____

II – DADOS SOBRE A PESQUISA

Título do Protocolo de Pesquisa: “CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOB A ÓTICA DA PROMOÇÃO DA SAÚDE E DA AGROECOLOGIA”.

Pesquisador: Mara Adriana Coradello

Cargo/Função: Mestranda

Departamento de Saúde Ambiental da FSP/USP

AVALIAÇÃO DO RISCO DA PESQUISA

Baixo Risco (x)

Duração da Pesquisa: 1,5 anos

III – REGISTRO DAS EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO SUJEITO DA PESQUISA OU SEU REPRESENTANTE LEGAL SOBRE A PESQUISA, CONSIGNANDO:

Estamos realizando uma pesquisa de mestrado sobre a agricultura periurbana agroecológica desenvolvida no município de São Paulo, intitulada “CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOB A ÓTICA DA PROMOÇÃO DA SAÚDE E DA AGROECOLOGIA”, com o objetivo de sistematizar a experiência de agricultura agroecológica desenvolvida pela – Cooperativa Agroecológica dos Produtores Rurais e de Água Limpa de São Paulo, localizada em Parelheiros, município de São Paulo/SP, por meio do projeto Educação Ambiental para Incentivar a Agricultura Orgânica nas APAs Bororé-Colônia e Capivari-Monos, durante o período compreendido entre 2009 e 2013, contribuir para a ressignificação da experiência vivida sob a ótica da promoção da saúde e identificar os aspectos relevantes do projeto que dialoguem com o ideário da Promoção da Saúde.

Visando atingir os objetivos propostos, solicitamos sua participação através de entrevista que ter a duração de cerca de 1 hora, que será gravada e transcrita para posterior análise.

Sua participação é fundamental para que possamos sistematizar a experiência de agricultura periurbana agroecológica desenvolvida no município de São Paulo – SP.

Informo que sua participação é voluntária e não implica risco à sua integridade física ou moral e que o (a) senhor (a) poderá solicitar esclarecimentos a qualquer hora com a pesquisadora pelo telefone (11) 59217166 ou ainda junto ao Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da USP no telefone (11) 3061-7779.

Esclareço ainda que as gravações das entrevistas ficarão sob minha guarda pelo período de 5 anos, após os quais serão destruídas.

As informações que me forem dadas serão utilizadas para a realização de uma pesquisa, que será divulgada em eventos como congressos e seminários e através de artigos científicos. Garantimos o anonimato tanto de sua pessoa como de sua instituição, uma vez que os dados não serão apresentados de forma individualizada. O (a) senhor (a) poderá solicitar seu desligamento da pesquisa a qualquer tempo, sem que haja qualquer prejuízo para instituição, bastando para isso entrar em contato com a pesquisadora, Mara Adriana Coradello, ou ainda com o Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde

Pública nos telefones anteriormente citados, ou ainda, enviar carta a qualquer um deles no seguinte endereço: Av. Dr. Arnaldo, 715 CEP 01246-904, São Paulo Capital.

IV – CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Declaro que, tendo entendido o que me foi explicado, consinto em participar do presente Protocolo de Pesquisa.

São Paulo, _____ de _____ de _____.

Nome:
RG:
Telefone:

Pesquisadora responsável
Mara Adriana Coradello
RG: 17107677-1
Telefone: 59217166